

CENTRO DE PORTUGAL

Boletim trimestral **15**

*Informação reportada ao
segundo trimestre de 2012*



ccdrc

comissão de coordenação
e desenvolvimento regional
do centro

ÍNDICE

15

Boletim trimestral

Informação reportada ao
segundo trimestre de 2012

CONJUNTURA

- 2** Enquadramento Nacional
- 4** Mercado de Trabalho
- 11** Desemprego Registado
- 12** Empresas
- 14** Comércio Internacional de Bens
- 16** Turismo
- 17** Construção e Habitação
- 19** Preços e Consumo Privado
- 21** Políticas Públicas no Centro
- 26** Centro de Estudos Ibéricos: cultura, cooperação, conhecimento

DINÂMICAS REGIONAIS NO CENTRO DE PORTUGAL

- 28** Distâncias e acessibilidades na Região Centro e no continente Português

FICHA TÉCNICA

Editor

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Data de Edição

Setembro de 2012

Design Gráfico

DallDesign, Unipessoal Lda

Impressão

QUILATE - Artes Gráficas, Lda

ISSN

2182-6579

boletimtrimestral@ccdrcc.pt
www.ccdrc.pt

Alguns da informação conjuntural encontra-se também em <http://datacentro.ccdrc.pt>



DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

No segundo trimestre de 2012, o Produto Interno Bruto nacional registou uma diminuição homóloga mais acentuada do que no trimestre anterior (-3,3%), que resultou da contração da procura interna. A procura externa também evidenciou uma desaceleração, tendo as exportações crescido 4,3%. Neste trimestre, assistiu-se ainda a um novo agravamento da taxa de desemprego nacional (15,0%) e a um aumento dos preços no consumidor (2,8%). A confiança dos consumidores e a perceção dos empresários relativamente à atividade económica continuaram negativas.

Na região Centro, o mercado de trabalho evidenciou alguns sinais de melhoria, no segundo trimestre de 2012, tendo-se registado, face ao trimestre anterior, um aumento da taxa de atividade e de emprego e uma diminuição da taxa de desemprego. A taxa de desemprego do Centro caiu para 11,2%, ou seja, a mais reduzida de todo o país. Na região, neste trimestre, estimavam-se 1.126,8 mil indivíduos empregados e 141,6 mil desempregados.

A situação do setor empresarial voltou a agravar-se no segundo trimestre de 2012. Face ao período homólogo, foram constituídas menos empresas e verificaram-se mais ações de insolvência. Ao nível financeiro, acentuou-se a quebra dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro e o crescimento do peso do crédito vencido. A atividade da construção registou uma nova retração, tendo diminuído o licenciamento de edifícios e a conclusão de obras. Também o setor turístico acentuou a tendência recessiva do último trimestre. Relativamente às relações comerciais dos operadores da região com o mercado externo, observou-se um crescimento homólogo das exportações de bens, apesar de menos intenso do que no trimestre anterior.

Até ao final de junho de 2012, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), estavam aprovados 13,7 mil projetos de investimento no Centro de Portugal, que envolviam um investimento total de 9,3 mil milhões de euros e 4,8 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão. No Programa Operacional Regional – Mais Centro, até esta mesma data, tinham sido aprovados cerca de 3 mil projetos, que concentravam uma comparticipação de 1,4 mil milhões de euros de FEDER. No final do primeiro semestre de 2012, a taxa de execução do Mais Centro atingiu 44% da dotação total de FEDER. Assim, o Mais Centro continuava a manter, nesta data, as mais elevadas taxas de execução, de realização e de pagamento entre os vários programas operacionais regionais do Continente.

CONJUNTURA

ENQUADRAMENTO NACIONAL

O Produto Interno Bruto diminuiu 3,3%, no segundo trimestre de 2012, face ao período homólogo de 2011. Esta diminuição resultou da queda da procura interna já que a procura externa manteve um comportamento positivo.

A taxa de desemprego nacional registou um novo máximo histórico, fixando-se em 15,0%, e o nível geral dos preços aumentou, embora de forma menos acentuada.

-3,3%

foi o decréscimo
trimestral do PIB e

4,3%

o aumento das
exportações

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		2T12	1T12	4T11	3T11	2T11	2011	2010
PIB ¹	v. h. (%)	-3,3	-2,3	-3,0	-2,0	-1,1	-1,7	1,4
Procura interna	v. h. (%)	-7,6	-6,1	-9,5	-4,9	-5,2	-5,7	0,8
Consumo das famílias	v. h. (%)	-5,9	-5,6	-6,6	-3,5	-3,4	-4,0	2,1
Taxa de investimento	%	14,6	16,6	15,1	17,2	17,4	17,1	19,5
Exportações	v. h. (%)	4,3	7,9	6,3	6,7	8,8	7,5	8,8
Importações	v. h. (%)	-8,1	-3,8	-12,8	-2,8	-4,3	-5,3	5,4
VAB	v. h. (%)	-2,6	-2,0	-2,6	-1,4	-0,9	-1,3	1,4
Taxa de desemprego	%	15,0	14,9	14,0	12,4	12,1	12,7	10,8*
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	2,8	3,4	3,9	3,2	3,7	3,7	1,4
Indicador de confiança dos consumidores	%	-51,6	-54,5	-56,8	-50,8	-50,7	-51,7	-40,8
Indicador de clima económico	%	-4,6	-4,8	-3,9	-2,9	-2,3	-2,7	-0,6
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,283	1,311	1,348	1,413	1,439	1,392	1,327
	v. h. (%)	-10,9	-4,1	-0,8	9,4	13,1	4,9	-4,8

USD – Dólar dos Estados Unidos
EUR – Euro

* No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Esta nova série de dados não permite uma comparação directa com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra de série.

O Produto Interno Bruto (PIB) nacional diminuiu 3,3% no segundo trimestre de 2012, face ao trimestre homólogo² (Quadro 1), acentuando a quebra ocorrida nos trimestres anteriores. Esta diminuição mais acentuada do PIB deveu-se à contração da procura interna (-7,6%), associada a um decréscimo das despesas de consumo final (-5,4%) e do investimento (-18,7%). A taxa de investimento caiu para 14,6%, ou seja, o valor mais baixo desde o início da série de dados iniciada em 1995³. Também as despesas de consumo das famílias registaram uma quebra elevada (-5,9%), resultado de uma diminuição observada em todas as classes de despesa: bens alimentares (-0,5%), bens duradouros (-22,3%) e bens correntes não alimentares e serviços (-5,2%). As despesas das famílias em bens alimentares registaram novamente, e pela quarta vez consecutiva desde 1995, uma variação homóloga negativa.

No que respeita à procura externa, as exportações aumentaram 4,3% e as importações diminuíram 8,1%, neste trimestre, o que significou uma desaceleração das exportações e uma diminuição mais acentuada das importações.

¹ Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

² Variação homóloga percentual – v. h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste;
Variação homóloga percentual real – v. h. real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

³ O ano de 1995 marca o início da nova série das Contas Nacionais Trimestrais que tem como ano base de referência 2006.

Do lado da oferta, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado registou uma diminuição homóloga, pelo sexto trimestre consecutivo (-2,6%). O ramo de atividade com maior decréscimo do VAB gerado voltou a ser o da “construção”, que diminuiu 17,3%, ou seja, o decréscimo mais acentuado desde o início desta série de dados (1995). Assistiu-se, de igual modo, a uma variação negativa mais intensa do VAB dos ramos “agricultura, silvicultura e pesca” (-1,5%); “comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração” (-2,2%); “transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação” (-3,3%) e “indústria” (-3,5%). Apenas se registou uma ligeira variação positiva do VAB no ramo de atividade “atividades financeiras, de seguros e imobiliárias” (0,1%).

No mercado de trabalho, o segundo trimestre de 2012 ficou marcado por um novo agravamento. A taxa de desemprego nacional estimada foi de 15,0%, aumentado assim 0,1 pontos percentuais (p.p.) face ao trimestre anterior e 2,9 p.p. face ao homólogo, e voltando a registar um novo máximo histórico.

A taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi de 2,8% no segundo trimestre de 2012, diminuindo 0,6 p.p. face ao crescimento verificado no trimestre anterior. O nível médio dos preços diminuiu, em termos homólogos, apenas em duas classes de bens: “vestuário e calçado” (-5,6%) e “acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-0,4%). As restantes 10 classes de bens do IPC registaram aumentos do nível dos preços, destacando-se com os maiores crescimentos as mesmas classes que no trimestre anterior: “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (10,0%), “bebidas alcoólicas e tabaco” (4,8%) e “restaurantes e hotéis” (4,5%).

No segundo trimestre de 2012, a confiança dos consumidores e a perceção dos empresários relativamente à atividade económica continuaram negativas, a avaliar, respetivamente, pelo indicador de confiança dos consumidores⁴ e pelo indicador de clima económico⁵ do INE. Apesar de se terem agravado face ao trimestre homólogo, melhoraram ligeiramente face ao período anterior.

Por último, relativamente à evolução da taxa de câmbio⁶ do euro face ao dólar (USD/Euro), registou-se uma variação homóloga negativa, no trimestre em análise, assistindo-se assim a uma desvalorização do euro. Esta desvalorização resultou num aumento da competitividade das exportações nacionais nos mercados extracomunitários, dado que igual quantidade de bens exportados era agora mais barata.

⁴ O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

⁵ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁶ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho no Centro de Portugal⁷, evidenciou alguns sinais de melhoria, no segundo trimestre de 2012. A taxa de atividade e de emprego, apesar de se manterem inferiores às do trimestre homólogo, superaram as do trimestre anterior. A taxa de desemprego manteve-se em queda, tendo diminuído para 11,2%, no segundo trimestre de 2012, a mais baixa de todo o território nacional.

A taxa de atividade (15 e mais anos)⁸, no segundo trimestre de 2012, posicionou-se em 61,2% em Portugal e 62,2% na região Centro, significando uma recuperação face aos valores do trimestre anterior (Quadro 2). Não obstante, os valores registados mantiveram-se inferiores aos do trimestre homólogo. Na região, a população feminina foi quem mais impulsionou o crescimento da taxa de atividade. Efetivamente, a taxa de atividade das mulheres (56,8%) atingiu o valor mais elevado desde o início da divulgação da nova série de dados do inquérito ao emprego, tendo-se observado um crescimento de 2 p.p. face ao trimestre anterior.

No Centro de Portugal a população ativa⁹ registou um decréscimo homólogo mais ligeiro do que o verificado no trimestre anterior e que se cifrou, no segundo trimestre de 2012, em -0,8%. Esta evolução foi consequência do desagravamento da redução do emprego e de um crescimento homólogo um pouco menos acentuado do desemprego. Já a população inativa¹⁰ inverteu o sentido da variação homóloga face ao trimestre anterior, passando a evidenciar agora um decréscimo de 0,4%, essencialmente resultado da redução de estudantes (-2,9%) já que a população doméstica e os reformados registaram um ligeiro aumento (0,7% e 0,3%, respetivamente).

11,2%

foi a taxa de
desemprego regional e

34,5%

a taxa de desemprego
jovem

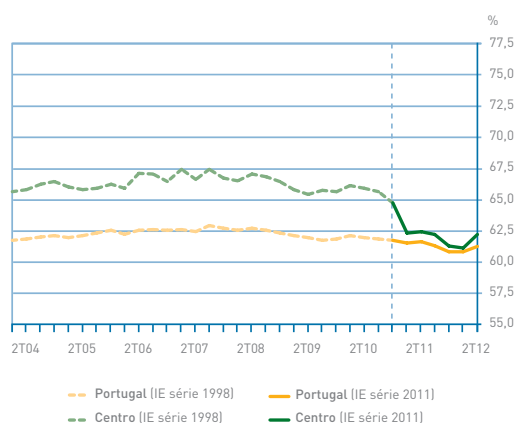
⁷ A análise efetuada à região Centro refere-se sempre a 100 municípios, pois é para esta NUTS II que são construídos e disponibilizados os dados do INE e da maior parte das outras fontes estatísticas utilizadas neste boletim.

⁸ A taxa de atividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, "permite definir a relação entre população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁹ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

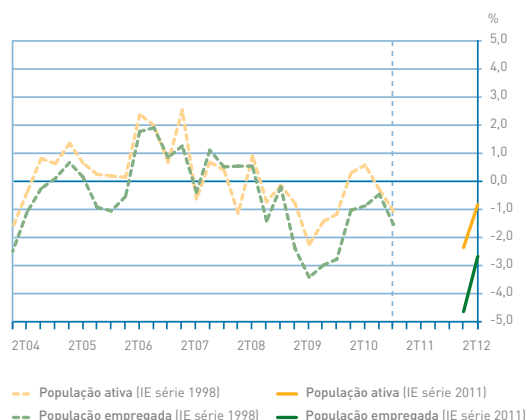
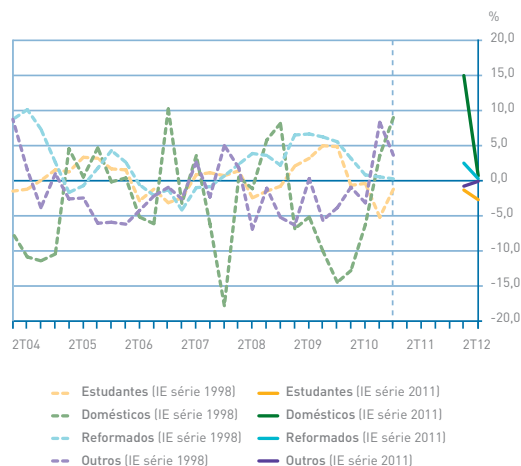
¹⁰ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

Taxa de atividade em Portugal e no Centro



Taxa de atividade no Centro por sexo



**População ativa e população empregada no Centro
(variação homóloga)**

**População inativa no Centro por condição perante o trabalho
(variação homóloga)**


Quadro 2 – Atividade*		2T12	1T12	4T11	3T11	2T11	2011	2010
		média trimestral						
Taxa de atividade (15 e mais anos)								
Portugal	%	61,2	60,8	60,9	61,3	61,6	61,3	61,9
Centro	%	62,2	61,1	61,3	62,2	62,4	62,0	65,6
	v. h. (p.p.)	-0,2	-1,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,0
Homens	%	68,0	67,9	68,3	70,0	68,6	69,1	70,4
Mulheres	%	56,8	54,8	54,8	55,0	56,6	55,6	61,2
População ativa – Centro								
	milhares	1.268,4	1.247,5	1.257,0	1.275,3	1.279,2	1.272,3	1.346,0
	v. h. (%)	-0,8	-2,4	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-0,1
Empregados								
	milhares	1.126,8	1.100,0	1.098,1	1.155,4	1.157,9	1.141,2	1.242,8
	v. h. (%)	-2,7	-4,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-1,0
Desempregados								
	milhares	141,6	147,6	158,9	119,9	121,3	131,1	103,2
	v. h. (%)	16,7	18,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	11,4
População inativa** – Centro								
	milhares	1.090,3	1.114,0	1.116,9	1.098,9	1.095,1	1.102,1	1.033,5
	v. h. (%)	-0,4	1,5	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-0,2
Estudantes								
	milhares	184,0	188,1	182,6	170,7	189,4	183,4	378,7
	v. h. (%)	-2,9	-1,4	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-1,9
Domésticos								
	milhares	95,1	111,3	109,2	100,5	94,4	100,3	99,1
	v. h. (%)	0,7	15,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-2,2
Reformados								
	milhares	344,7	353,4	361,5	348,2	343,8	349,6	371,2
	v. h. (%)	0,3	2,4	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1,1
Outros								
	milhares	466,5	461,2	463,7	479,5	467,4	468,9	184,5
	v. h. (%)	-0,2	-0,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1,9

n.d. - não disponível

* No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Face à introdução das modificações mencionadas, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011, não permitem uma comparação direta com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra total de série.

** A partir do primeiro trimestre de 2011 a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos com idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos na rubrica "Outros". A rubrica "reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

A taxa de emprego¹¹ evidenciou uma melhoria, no segundo trimestre de 2012, por comparação com os valores do trimestre anterior. Em Portugal, esta taxa posicionou-se em 52,0% e, no Centro, atingiu 55,2% (Quadro 3). No entanto, ambas as taxas mantiveram-se inferiores às verificadas no período homólogo, embora tenha havido uma maior aproximação aos valores do segundo trimestre de 2011 na região do que a nível nacional.

Na região Centro, a população empregada, que contabilizava 1.126,8 mil indivíduos, no segundo trimestre de 2012, aumentou face ao trimestre anterior mas manteve-se abaixo do trimestre homólogo (-2,7%). A população masculina e os jovens continuaram a ser os mais afetados pela redução homóloga do emprego.

Decompondo o emprego por atividades, verificou-se que os ramos da “construção” e da “indústria, incluindo energia, gás e água” continuaram a registar os maiores decréscimos homólogos do número de empregados. Em sentido contrário, com um crescimento do emprego, apresentaram-se os “outros serviços” (4,7%) e as atividades de “comércio e reparações, alojamento e restauração; transportes e comunicações” (2,7%).

No que respeita à desagregação dos empregados segundo a situação na profissão, verificou-se uma redução homóloga dos trabalhadores por conta de outrem (-4,9%), no segundo trimestre de 2012, tendo esta sido mais acentuada nos contratados com termo (-6,0%). Esta diminuição dos trabalhadores por conta de outrem afetou apenas aqueles que trabalhavam a tempo completo (-7,2%) e os com mais baixas qualificações (os trabalhadores sem qualquer grau de escolaridade diminuíram 16,1% e os detentores do ensino básico 13,4%).

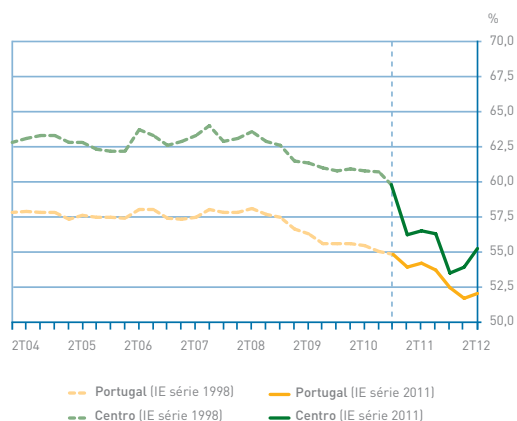
Já os trabalhadores por conta própria, invertendo a variação homóloga apresentada no trimestre anterior, aumentaram 2,8% no segundo trimestre de 2012. Foi entre os empregadores que mais se sentiu o crescimento homólogo do emprego (13,8%).

¹¹ A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade.

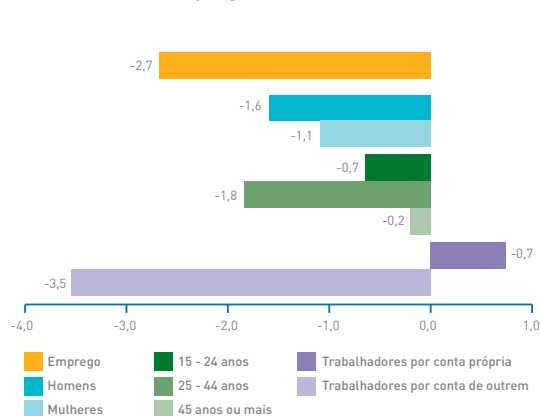
¹² “A contribuição de uma dada componente para a variação homóloga de um determinado agregado populacional no trimestre t é calculada como a variação homóloga (absoluta) dessa componente em relação ao nível inicial (do trimestre homólogo) do agregado em causa. Por exemplo, sendo A a população activa, E a população empregada e D a população desempregada, os contributos (em %) da variação homóloga da população empregada e da população desempregada para a variação homóloga da população activa são, respectivamente, dados por $[(E_t - E_{t-4})/A_{t-4}] * 100$ e $[(D_t - D_{t-4})/A_{t-4}] * 100$, em que t é o trimestre. A soma dos contributos das várias componentes de um agregado iguala a taxa de variação homóloga desse agregado. Neste exemplo, a soma dos contributos das duas componentes, emprego e desemprego, iguala a taxa de variação homóloga da população activa”.

¹³ Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

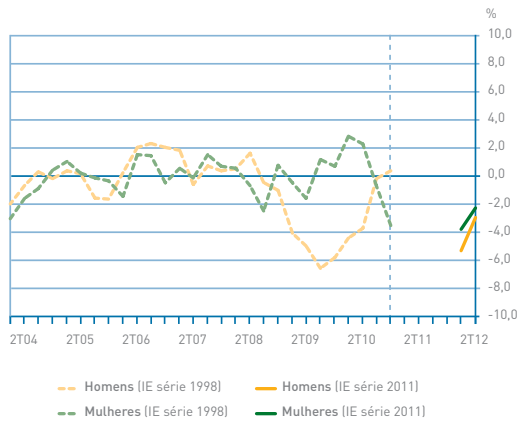
Taxa de emprego em Portugal e no Centro



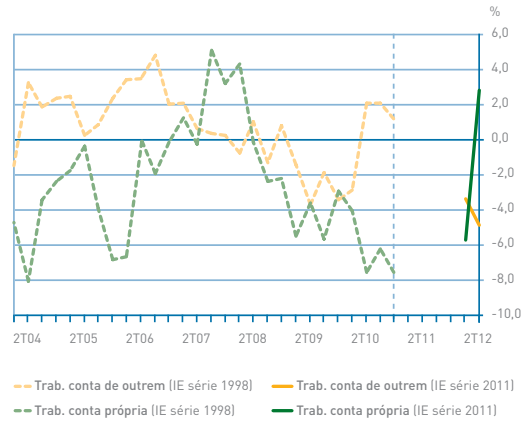
Contributos¹² para a taxa de variação homóloga do emprego no Centro (%)



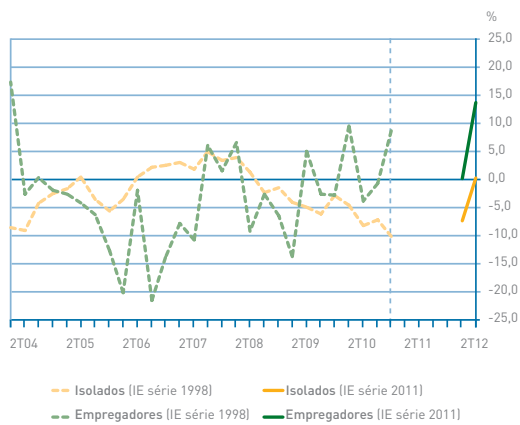
População empregada no Centro por sexo (variação homóloga)



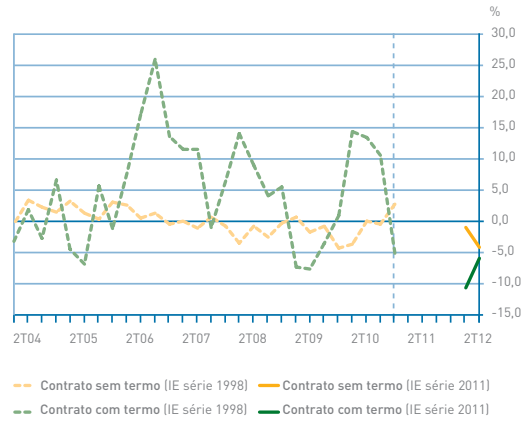
População empregada no Centro por situação na profissão¹³ (variação homóloga)



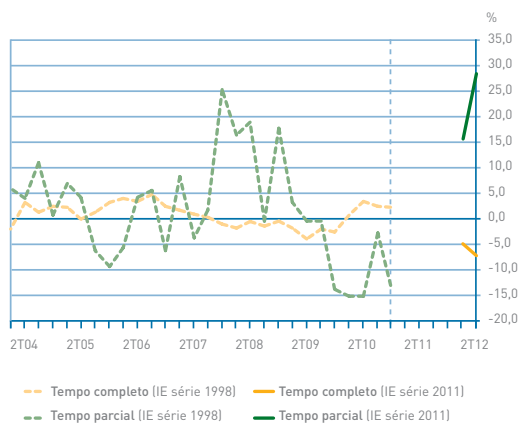
População empregada por conta própria no Centro (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por regime de duração de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)



Quadro 3 – Emprego*		2T12	1T12	4T11	3T11	2T11	2011	2010	
								média trimestral	
Taxa de emprego (15 e mais anos)									
Portugal	%	52,0	51,7	52,4	53,7	54,2	53,5	55,2	
	%	55,2	53,9	53,5	56,3	56,5	55,6	60,6	
Centro	v. h. (p.p.)	-1,3	-2,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-0,6	
Homens	%	61,0	60,4	60,1	63,9	62,5	62,6	65,6	
Mulheres	%	49,9	47,8	47,4	49,3	50,9	49,3	56,0	
15 - 24 anos	%	23,4	23,3	24,4	28,4	26,1	26,6	29,8	
65 anos ou mais	%	22,7	20,4	20,9	22,9	24,6	22,7	30,5	
População empregada – Centro	milhares	1.126,8	1.100,0	1.098,1	1.155,4	1.157,9	1.141,2	1.242,8	
	v. h. (%)	-2,7	-4,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-1,0	
Homens	v. h. (%)	-3,0	-5,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-2,0	
Mulheres	v. h. (%)	-2,3	-3,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,2	
15 - 24 anos	v. h. (%)	-11,5	-16,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-9,7	
25 - 44 anos	v. h. (%)	-3,9	-4,5	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,1	
45 anos ou mais	v. h. (%)	-0,4	-3,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-0,7	
Agricultura, floresta, caça, pesca e produção animal	v. h. (%)	-1,3	-5,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-6,2	
Indústria, incluindo energia, gás e água	v. h. (%)	-12,9	-10,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-3,7	
Construção	v. h. (%)	-16,6	-19,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-0,3	
Comércio e reparações, alojamento e restauração; transportes e comunicações	v. h. (%)	2,7	-3,4	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	2,0	
Atividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas	v. h. (%)	0,0	9,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	6,6	
Outros serviços	v. h. (%)	4,7	3,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1,6	
Trabalhadores por conta de outrem	milhares	802,7	787,7	800,7	835,9	843,8	823,9	850,4	
	v. h. (%)	-4,9	-3,4	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1,2	
Contratos sem termo	v. h. (%)	-4,3	-1,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-0,3	
Contratos com termo	v. h. (%)	-6,0	-10,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	8,0	
Tempo completo	v. h. (%)	-7,2	-5,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	2,2	
Tempo parcial	v. h. (%)	28,4	15,5	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-11,9	
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	-16,1	-47,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-12,9	
Básico	v. h. (%)	-13,4	-11,4	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-2,3	
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	7,8	17,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	11,9	
Superior	v. h. (%)	8,9	3,9	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	5,2	
Trabalhadores por conta própria	milhares	316,2	307,0	292,3	309,7	307,6	308,8	378,1	
	v. h. (%)	2,8	-5,7	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-6,2	
Isolados	v. h. (%)	0,2	-7,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-7,5	
Empregadores	v. h. (%)	13,8	0,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	3,2	

n.d. - não disponível

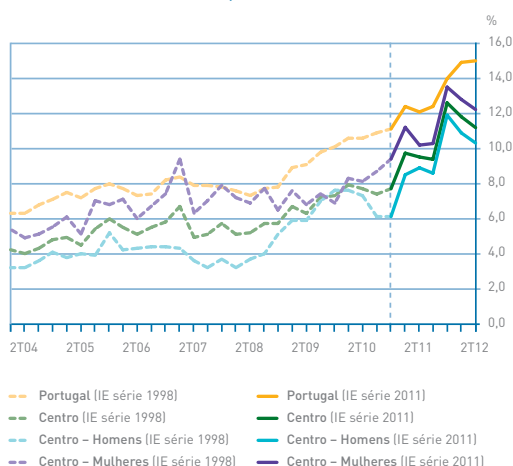
* No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Face à introdução das modificações mencionadas, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011, não permitem uma comparação direta com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra total de série.

A taxa de desemprego¹⁴ em Portugal continuou a aumentar, no segundo trimestre de 2012, atingindo o valor mais elevado (15,0%) da nova série de dados (Quadro 4). Já no Centro a trajetória continuou em sentido descendente, posicionando-se a taxa de desemprego em 11,2%. Trata-se do menor valor de entre as restantes regiões portuguesas. Apesar de mais reduzida, a taxa de desemprego da região continuou mais elevada do que a registada há um ano (mais 1,7 p.p.). A população feminina e os jovens, apesar de permanecerem como os grupos mais atingidos pelo desemprego (com taxas de desemprego de 12,2% e 34,5%, respetivamente), viram a sua situação melhorar ligeiramente na medida em que apresentaram uma taxa de desemprego inferior à do trimestre anterior. Contudo, estas taxas mantiveram-se bastante superiores às do trimestre homólogo.

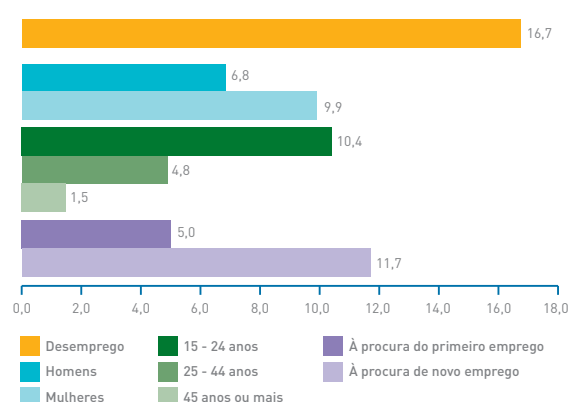
¹⁴ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

A evolução homóloga positiva da taxa de desemprego resultou essencialmente da variação da população desempregada que, no Centro, aumentou, face ao trimestre homólogo, 16,7%, no segundo trimestre de 2012. Este acréscimo atingiu ambos os sexos, embora tenha sido mais pronunciado na população feminina (19,5%). Especialmente afetados foram os desempregados com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, cujo número aumentou 71,2% face ao segundo trimestre de 2011, acentuando a tendência de crescimento. Já nos indivíduos à procura do primeiro emprego, apesar de também continuarem a aumentar muito, assistiu-se à desaceleração da subida do desemprego, sucedendo algo semelhante com os desempregados há menos de 12 meses.

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro (por sexo)



Contributos para a taxa de variação homóloga de desemprego no Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego*		2T12	1T12	4T11	3T11	2T11	2011	2010
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	15,0	14,9	14,0	12,4	12,1	12,7	10,8
Centro	%	11,2	11,8	12,6	9,4	9,5	10,3	7,7
	v. h. (p.p.)	1,7	2,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,8
Homens	%	10,3	10,9	11,9	8,6	8,9	9,5	6,8
Mulheres	%	12,2	12,8	13,5	10,3	10,2	11,3	8,6
15 - 24 anos	%	34,5	34,8	34,7	26,5	21,4	26,3	17,3
25 - 44 anos	%	12,0	13,0	13,8	9,9	10,7	11,4	9,3
45 anos ou mais	%	6,8	6,9	7,8	6,0	6,5	6,6	4,6
População desempregada – Centro	milhares	141,6	147,6	158,9	119,9	121,3	131,1	103,2
	v. h. (%)	16,7	18,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	11,4
Homens	v. h. (%)	13,9	25,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,8
Mulheres	v. h. (%)	19,5	12,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	22,1
15 - 24 anos	v. h. (%)	71,2	55,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-0,6
25 - 44 anos	v. h. (%)	9,0	11,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	11,3
45 anos ou mais	v. h. (%)	4,8	12,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	19,4
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	50,4	75,7	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-1,9
À procura de novo emprego	v. h. (%)	13,0	13,6	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	13,1
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	19,0	33,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-12,8
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	14,7	6,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	40,9

n.d. - não disponível

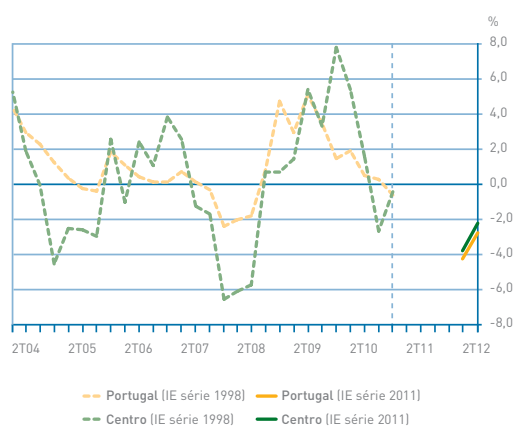
* No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Face à introdução das modificações mencionadas, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011, não permitem uma comparação direta com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra total de série.

O salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem do Centro de Portugal, no segundo trimestre de 2012, evidenciou uma diminuição, em termos reais, de 2,2%, apesar de ter registado um ligeiro acréscimo homólogo nominal, para 755 € (Quadro 5). Esta variação traduz alguma contenção na redução deste indicador, acompanhando a tendência nacional.

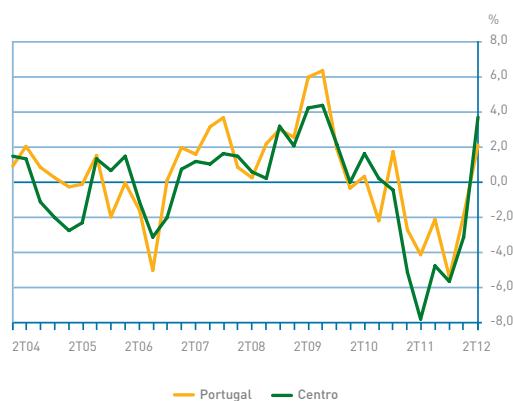
O Índice de Custo do Trabalho¹⁵ infletiu a tendência negativa apresentada nos últimos trimestres, traduzindo a existência de um acréscimo homólogo real dos custos suportados pela entidade empregadora com a retribuição dos seus trabalhadores que, em Portugal, atingiu 2,1% e, na região Centro, se elevou a 3,7%, no segundo trimestre de 2012.

¹⁵ O Índice de Custo do Trabalho definido pelo INE corresponde ao custo médio da mão-de-obra, na ótica do empregador, dado por hora efetivamente trabalhada. Abarca o custo das remunerações diretas e principais benefícios (salários, prémios, bónus, etc.) e outros encargos suportados pela entidade patronal.

Salário médio líquido mensal em Portugal e no Centro
(variação homóloga real)



Índice do custo de trabalho em Portugal e no Centro
(variação homóloga real)



Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		2T12	1T12	4T11	3T11	2T11	2011	2010
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal* (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	808	805	809	800	809	808	778
	v. h. real (%)	-2,8	-4,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,5
Centro	€	755	742	747	749	751	748	692
	v. h. real (%)	-2,2	-3,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,8
Índice de Custo do Trabalho								
Portugal	v. h. real (%)	2,1	-2,0	-5,4	-2,2	-4,2	n.d.	-0,1
Centro	v. h. real (%)	3,7	-3,1	-5,7	-4,8	-7,9	n.d.	0,5

n.d. - não disponível

* No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Face à introdução das modificações mencionadas, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011, não permitem uma comparação direta com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra total de série.

DESEMPREGO REGISTRADO

118,5mil

desempregados
registados, em média,
nos centros de emprego
na região, no segundo
trimestre de 2012

34,5mil

são novos
desempregados

De acordo com informação do Instituto do Emprego e Formação Profissional, no segundo trimestre de 2012, o número de desempregados registados nos centros de emprego evidenciou um crescimento significativo face ao trimestre homólogo, consequência do aumento de novas inscrições e da diminuição das colocações.

O número de desempregados no Centro de Portugal registados nos centros de emprego, no segundo trimestre de 2012, manteve-se idêntico ao do trimestre anterior, tendo apresentado, contudo, um crescimento acentuado (24,1%) por comparação com igual período do ano anterior (Quadro 6). Este aumento foi resultado, por um lado, do acréscimo homólogo de inscrições de novos desempregados e por outro, da redução das colocações efetuadas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Quadro 6 – Desemprego Registrado		2T12	1T12	4T11	3T11	2T11	2011	2010
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	118,5	118,5	106,3	96,8	95,5	100,0	103,0
	v. h. (%)	24,1	16,7	7,3	-4,5	-8,8	-2,9	8,6
Novos desempregados**	milhares	34,5	40,8	40,8	41,7	29,9	37,1	35,7
	v. h. (%)	15,2	13,9	19,8	11,0	-3,5	3,9	-5,3
Colocações do IEFP**	milhares	5,5	4,4	4,4	7,0	6,1	5,7	6,3
	v. h. (%)	-9,9	-15,2	-12,3	-9,5	-11,6	-9,9	13,3

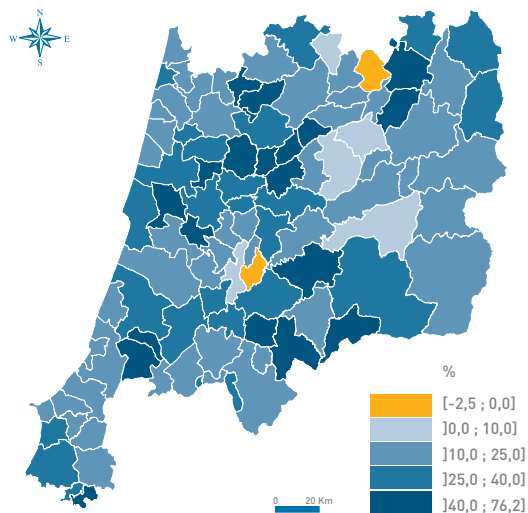
* valores médios trimestrais
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Na quase totalidade dos municípios da região Centro, os desempregados registados nos centros de emprego aumentaram em comparação com o segundo trimestre de 2011. Apenas Aguiar da Beira (-2,5%) e Pedrógão Grande (-0,7%) evidenciaram um decréscimo. Dos restantes municípios, os que apresentaram o maior acréscimo homólogo do desemprego registado (superior a 70%) foram Mação, Mortágua e Vila de Rei. Já Figueiró dos Vinhos e Seia, ao não ultrapassarem os 5%, evidenciaram os menores aumentos homólogos, no segundo trimestre de 2012.

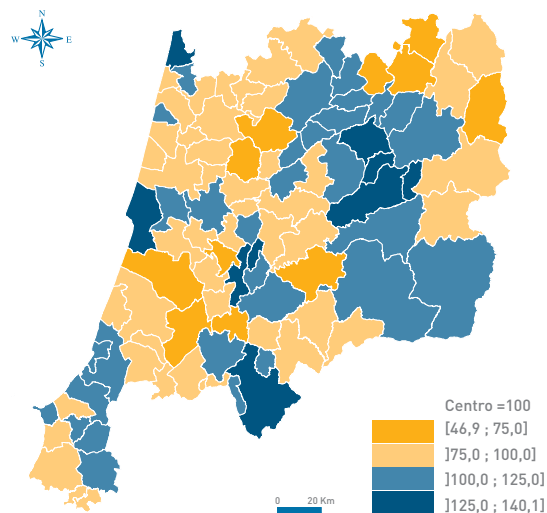
Considerando a importância dos desempregados registados no IEFP no total da população em idade potencialmente ativa (dos 15 aos 64 anos) verificou-se que 59 municípios apresentavam valores inferiores à média da região, no segundo trimestre de 2012. Foram os municípios de Castanheira de Pera, Covilhã, Abrantes, Manteigas, Belmonte, Ovar, Gouveia, Figueiró dos Vinhos e Figueira da Foz que apresentaram a situação mais desfavorável, apresentando valores 25% acima da média regional. Em contraposição, Oleiros foi o município que apresentou o valor mais baixo do índice de disparidade¹⁶ (menos de metade da média da região), seguindo-se-lhe Meda, Trancoso, Aguiar da Beira, Almeida e Mortágua (onde este índice variou entre 53,5 e 70).

¹⁶ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população em idade potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador no Centro de Portugal. Este índice é obtido da seguinte forma: $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]_{RC}}{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]_{RC}} * 100$, sendo i determinado município e RC a região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2011.

Varição homóloga do desemprego registado no segundo trimestre de 2012



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no segundo trimestre de 2012



EMPRESAS

As empresas continuaram a evidenciar sinais de dificuldades, no segundo trimestre de 2012. Foram constituídas menos empresas e verificaram-se mais ações de insolvência do que em igual período do ano anterior. Ao nível financeiro, acentuou-se a redução homóloga dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro e o crescimento do peso do crédito vencido.

O número de empresas constituídas no segundo trimestre de 2012 voltou a registar um decréscimo homólogo mais acentuado do que o do trimestre anterior (Quadro 7). No Centro de Portugal, foram constituídas, em média, 14 empresas diariamente (17 no segundo trimestre de 2011).

Os empréstimos concedidos a sociedades não financeiras, mais uma vez apresentaram um decréscimo homólogo real que, em Portugal, atingiu 8,7% e, no Centro, 9,5%, no segundo trimestre de 2012. Tratou-se da maior variação real negativa dos últimos anos. Também o peso do crédito vencido¹⁷ no total do crédito concedido pelas instituições financeiras atingiu os valores máximos, tendo, no entanto, o valor regional (8,8%) ficado, pela primeira vez nos últimos anos, abaixo do nacional (9,2%).

As ações de insolvência¹⁸, no segundo trimestre de 2012, continuaram a níveis bastante superiores aos do trimestre homólogo, tendo-se registado um crescimento de 38,3% nas ações em Portugal e 37,1% no Centro. Estes valores traduziram-se numa média diária de 19 ações em Portugal, 5 das quais na região.

14

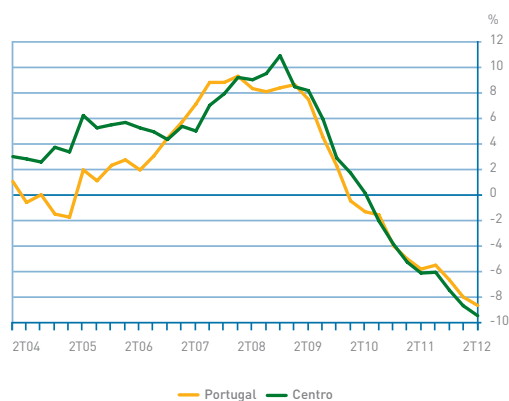
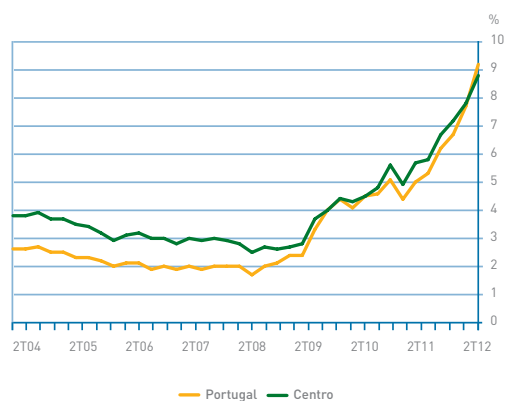
empresas criadas
por dia e

5

ações de insolvência
diárias na região

¹⁷ De acordo com o Banco de Portugal, o crédito vencido compreende as situações de créditos cujos prazos de amortização não foram respeitados pelo devedor, ou seja, créditos por regularizar no prazo máximo de 30 dias após o seu vencimento.

¹⁸ A Coface - Serviços Portugal, S.A. disponibiliza as ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência - Apresentada, Declarada a Insolvência - Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
 (variação homóloga real)

Crédito vencido das sociedades não financeiras
 no total do crédito concedido


Quadro 7 – Empresas		2T12	1T12	4T11	3T11	2T11	2011	2010
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	7.175	9.413	7.256	7.312	8.776	8.573	7.656
	v. h. (%)	-18,2	-14,0	-0,3	10,5	16,6	12,0	-0,3
Centro	número	1.287	1.700	1.291	1.297	1.550	1.521	1.421
	v. h. (%)	-17,0	-12,7	-3,2	6,0	12,8	7,0	-0,4
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	111.633	113.461	115.345	118.079	118.872	117.885	120.699
	v. h. real (%)	-8,7	-8,0	-6,7	-5,5	-5,9	-5,8	-1,8
Centro	milhões €	17.300	17.577	17.890	18.233	18.586	18.328	18.852
	v. h. real (%)	-9,5	-8,6	-7,4	-6,0	-6,1	-6,2	-1,0
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	9,2	7,7	6,7	6,2	5,3	5,8	4,7
Centro	%	8,8	7,8	7,2	6,7	5,8	6,4	5,0
Ações de Insolvência								
Portugal	número	2.179	2.292	1.777	1.533	1.575	1.627	1.373
	v. h. (%)	38,3	41,4	24,1	22,0	5,1	18,5	43,6
Centro	número	451	462	365	327	329	335	282
	v. h. (%)	37,1	44,4	17,7	25,3	13,4	19,0	46,7

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

O comércio internacional de bens em Portugal e no Centro apresentou um comportamento favorável para a balança comercial, no segundo trimestre de 2012. Por um lado, verificou-se um crescimento homólogo real da saída de bens e, por outro, observou-se um decréscimo homólogo real das entradas. As variações foram mais significativas ao nível do mercado extracomunitário.

As saídas de bens evidenciaram um acréscimo homólogo real¹⁹, que foi mais expressivo a nível nacional (5,8%) do que regional (2,4%), no segundo trimestre de 2012 (Quadro 8). A variação observada traduziu um abrandamento no ritmo de crescimento das saídas. O aumento homólogo real das saídas foi bastante mais importante no mercado extracomunitário do que no intracomunitário.

No Centro de Portugal, no segundo trimestre de 2012, as saídas apresentaram variações homólogas reais positivas em nove das doze secções da Nomenclatura Combinada consideradas²⁰, destacando-se, por registarem os valores mais elevados, os "Produtos vegetais" (21,6%) e as "Indústrias alimentares, bebidas e tabaco" (20,5%). Já nas "Pastas de madeira e papel" foi onde se verificou o decréscimo homólogo real mais importante (-21,7%), mantendo a tendência negativa que tem vindo a apresentar desde o início de 2011.

2,4%

foi o crescimento
homólogo real das saídas
na região e

-7,0%

o decréscimo das
entradas

¹⁹ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos.

²⁰ As secções da Nomenclatura Combinada aqui consideradas foram escolhidas em função dos montantes transacionados durante o ano de 2010, no que toca quer a saídas quer a entradas.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens - Saídas*		2T12	1T12	4T11	3T11	2T11	2011	2010
		média trimestral						
Portugal	milhões €	11.460,7	11.385,7	10.947,9	10.493,1	10.729,9	10.596,1	9.190,6
	v. h. real (%)	5,8	10,0	8,2	6,6	9,3	8,1	10,3
Intracomunitárias	milhões €	8.210,1	8.234,6	7.881,6	7.664,9	8.014,4	7.850,6	6.893,3
	v. h. real (%)	1,4	3,6	3,8	5,3	8,3	6,8	9,7
Extracomunitárias	milhões €	3.250,6	3.151,1	3.066,3	2.828,2	2.715,5	2.745,4	2.297,2
	v. h. real (%)	18,5	31,1	21,3	10,0	12,5	12,1	11,9
Centro	milhões €	2.148,8	2.182,5	1.946,5	1.947,4	2.077,7	2.000,6	1.853,2
	v. h. real (%)	2,4	6,1	-4,0	1,0	1,6	1,2	9,0
Intracomunitárias	milhões €	1.635,0	1.680,3	1.460,3	1.458,4	1.610,3	1.526,7	1.424,6
	v. h. real (%)	0,5	5,1	-4,6	-1,2	1,0	0,5	8,0
Extracomunitárias	milhões €	513,8	502,2	486,2	488,9	467,4	473,9	428,7
	v. h. real (%)	8,8	9,4	-2,0	8,1	3,6	3,7	12,1
Totais (intra + extracomunitárias)								
Produtos animais	v. h. real (%)	13,4	20,1	24,8	20,8	23,0	21,8	9,5
Produtos vegetais	v. h. real (%)	21,6	1,9	2,8	9,6	10,8	6,2	0,4
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v. h. real (%)	20,5	38,2	28,1	6,9	0,8	10,2	6,6
Indústrias químicas e conexas	v. h. real (%)	3,0	2,1	10,7	66,8	66,8	50,1	2,1
Plástico, borracha e suas obras	v. h. real (%)	0,8	10,7	1,9	-4,8	-0,3	1,7	36,8
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v. h. real (%)	-1,1	0,8	6,1	8,2	22,7	12,6	-3,8
Pastas de madeira e papel	v. h. real (%)	-21,7	-3,7	-65,3	-37,6	-43,0	-48,2	17,5
Matérias têxteis e suas obras	v. h. real (%)	3,2	9,9	5,4	17,0	17,6	13,3	2,2
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v. h. real (%)	1,7	3,7	2,0	-2,6	-2,6	-0,2	1,2
Metais comuns e suas obras	v. h. real (%)	11,8	15,8	26,1	16,1	0,0	12,4	7,2
Máquinas e aparelhos, material elétrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v. h. real (%)	8,4	8,0	0,0	7,1	11,0	7,1	4,2
Material de transporte	v. h. real (%)	-14,5	-15,1	-19,4	-18,3	0,9	-4,5	15,0

* Os valores apresentados para 2010, 2011 e 2012 reportam-se a dados preliminares. Para o ano de 2012 os dados são revistos trimestralmente. Os valores nacionais diferem dos apresentados no Quadro 1 deste boletim em virtude das fontes utilizadas serem distintas e de aqui apenas se considerar o comércio de bens.

Ao nível das entradas, assistiu-se ao acentuar do decréscimo homólogo real das aquisições de bens ao exterior, no segundo trimestre de 2012 (Quadro 9). A diminuição foi mais significativa em Portugal (-9,4%) do que no Centro (-7,0%), tendo o mercado extracomunitário sido onde mais se sentiu esta redução.

Na região Centro, quase todas as secções de nomenclatura analisadas registaram diminuições homólogas reais das entradas de bens. Apenas as “Indústrias alimentares, bebidas e tabaco” e os “produtos animais” apresentaram variações positivas (de 17,1% e 3,0%, respetivamente). Das restantes secções, foi a “Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” que evidenciou o maior decréscimo homólogo real (-28,6%), à semelhança do que se tinha verificado no trimestre anterior.

Quadro 9 – Comércio Internacional de Bens - Entradas*		2T12	1T12	4T11	3T11	2T11	2011	2010
		média trimestral						
Portugal	milhões €	13.812,4	14.220,7	13.869,4	14.240,8	15.054,8	14.432,4	14.263,3
	v. h. real (%)	-9,4	-4,7	-15,0	-4,1	-6,3	-7,0	5,7
Intracomunitárias	milhões €	9.924,4	10.176,7	10.324,2	10.067,3	10.730,8	10.537,3	10.801,1
	v. h. real (%)	-8,7	-9,9	-18,7	-9,0	-10,7	-10,3	1,8
Extracomunitárias	milhões €	3.888,0	4.044,0	3.545,2	4.173,5	4.324,0	3.895,2	3.462,1
	v. h. real (%)	-11,2	11,6	-2,1	10,5	6,7	3,4	19,8
Centro	milhões €	1.710,2	1.718,9	1.694,9	1.645,5	1.815,0	1.736,8	1.485,8
	v. h. real (%)	-7,0	-6,3	-0,1	4,5	7,9	7,5	5,0
Intracomunitárias	milhões €	1.435,1	1.461,2	1.458,5	1.389,9	1.510,9	1.466,5	1.225,2
	v. h. real (%)	-6,2	-5,3	3,1	8,1	11,0	10,1	1,2
Extracomunitárias	milhões €	275,1	257,6	236,4	255,6	304,1	270,3	260,7
	v. h. real (%)	-10,7	-11,7	-16,0	-11,6	-5,2	-4,7	28,2
Totais (intra + extracomunitárias)								
Produtos animais	v. h. real (%)	3,0	0,4	5,8	17,4	2,4	9,6	-1,3
Produtos vegetais	v. h. real (%)	-20,4	-18,2	-10,3	-11,5	11,1	0,1	1,7
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v. h. real (%)	17,1	-0,1	9,2	2,1	-4,3	0,6	-13,2
Indústrias químicas e conexas	v. h. real (%)	-5,8	-1,0	9,0	6,5	16,6	15,5	19,4
Plástico, borracha e suas obras	v. h. real (%)	-12,1	-10,2	-5,2	4,2	24,9	12,3	13,7
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v. h. real (%)	-28,6	-31,0	-15,4	5,5	7,5	8,2	33,9
Pastas de madeira e papel	v. h. real (%)	-6,1	9,5	3,5	7,8	26,3	12,2	-2,1
Matérias têxteis e suas obras	v. h. real (%)	-12,4	-15,7	-2,2	-3,2	6,8	2,1	1,7
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v. h. real (%)	-0,2	-15,9	-11,9	-14,9	-7,4	-4,5	0,0
Metais comuns e suas obras	v. h. real (%)	-10,1	-3,9	1,3	11,9	13,8	11,6	15,9
Máquinas e aparelhos, material elétrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v. h. real (%)	-3,0	-1,5	-7,2	1,1	0,5	1,4	-8,5
Material de transporte	v. h. real (%)	-4,5	0,8	1,4	-11,5	-4,9	-2,0	15,0

* Os valores apresentados para 2010, 2011 e 2012 reportam-se a dados preliminares. Para o ano de 2012 os dados são revistos trimestralmente. Os valores nacionais diferem dos apresentados no Quadro 1 deste boletim em virtude das fontes utilizadas serem distintas e de aqui apenas se considerar o comércio de bens.

TURISMO

O setor do turismo, no segundo trimestre de 2012, acentuou a tendência recessiva que tem vindo a atravessar desde o final de 2011. No Centro de Portugal os decréscimos homólogos dos indicadores analisados foram mais intensos do que a nível nacional.

No segundo trimestre de 2012, os estabelecimentos hoteleiros acolheram um menor número de hóspedes do que em igual período do ano anterior (Quadro 10). Na região Centro, o decréscimo homólogo (-7,8%) foi mais expressivo do que o da média nacional (-2,4%) e intensificou a tendência negativa registada nos últimos trimestres. Também as dormidas foram mais reduzidas do que no segundo trimestre de 2011, facto que foi mais evidente na região (-9,4%) do que em Portugal (-1,8%).

Acompanhando a tendência das dormidas, os proveitos dos estabelecimentos hoteleiros, no segundo trimestre de 2012, mantiveram-se em níveis inferiores aos do trimestre homólogo, tendo o decréscimo real sido mais significativo na região do que em Portugal. Os proveitos de aposento, que registaram uma diminuição homóloga real de 6,4% em Portugal e 10,6% na região, foram menos afetados do que os proveitos totais, os quais evidenciaram uma redução de 6,7% e 12,5%, respetivamente.

-9,4%

foi a redução
homóloga das
dormidas na região e

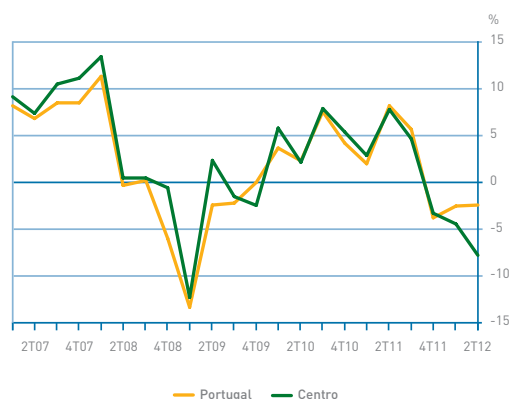
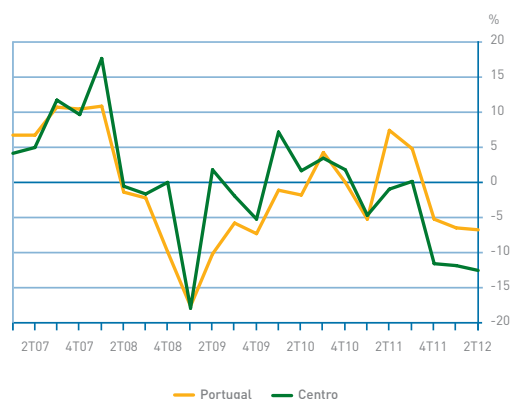
-12,5%

a diminuição real dos proveitos
dos estabelecimentos
hoteleiros

Quadro 10 – Turismo*		2T12	1T12	4T11	3T11	2T11	2011	2010	
		média trimestral							
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	3.875	2.311	2.744	4.963	3.969	3.511	3.384	
	v. h. (%)	-2,4	-2,4	-3,8	5,7	8,2	3,8	4,7	
Centro	milhares	565	367	459	772	613	557	539	
	v. h. (%)	-7,8	-4,5	-3,3	4,6	7,8	3,4	5,4	
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	10.820	5.955	6.996	15.514	11.020	9.890	9.348	
	v. h. (%)	-1,8	-1,3	-1,3	6,4	12,3	5,8	2,6	
Centro	milhares	996	616	808	1.529	1.100	1.014	971	
	v. h. (%)	-9,4	-0,4	-1,1	6,5	7,9	4,4	3,7	
Estada média									
Portugal	n.º noites	2,8	2,6	2,5	3,1	2,8	2,8	2,8	
Centro	n.º noites	1,8	1,7	1,8	2,0	1,8	1,8	1,8	
Proveitos totais									
Portugal	milhares €	503.911	266.163	343.952	765.443	525.583	477.530	451.885	
	v. h. real (%)	-6,7	-6,5	-5,2	4,8	7,5	1,9	1,1	
Centro	milhares €	44.891	27.269	37.703	70.294	49.917	46.949	46.923	
	v. h. real (%)	-12,5	-11,8	-11,5	0,2	-1,0	-3,5	3,4	
Proveitos de aposento									
Portugal	milhares €	341.418	174.726	224.854	551.670	354.895	327.702	306.378	
	v. h. real (%)	-6,4	-5,8	-4,1	5,6	8,6	3,2	1,6	
Centro	milhares €	27.803	17.365	22.884	46.653	30.238	29.525	28.791	
	v. h. real (%)	-10,6	-8,4	-9,6	2,7	0,8	-1,1	3,8	

* Os valores de 2011 e de 2012 correspondem a dados preliminares.

Os valores apurados são diferentes dos divulgados em anteriores edições deste boletim devido a uma alteração de metodologia. Até ao anterior boletim, os indicadores trimestrais correspondiam à média dos valores mensais do trimestre. A partir da presente edição os dados reportam-se à soma dos valores mensais em cada trimestre. Esta modificação não introduz alterações ao nível das variações homólogas mas apenas ao nível dos valores absolutos dos indicadores.

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros em Portugal e no Centro
(variação homóloga)**Proveitos totais**
(variação homóloga real)

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

-40,4%

foi a diminuição homóloga de licenças de edifícios novos para habitação familiar na região e

11,8%

foi o crescimento homólogo real do crédito à habitação vencido

O setor da construção evidenciou nova retração no segundo trimestre de 2012. Registrou-se uma diminuição homóloga de licenciamentos e de obras concluídas. Também os empréstimos à habitação e a avaliação bancária dos imóveis apresentaram reduções homólogas reais e o crédito à habitação vencido continuou a aumentar.

No segundo trimestre de 2012, o licenciamento de edifícios registou, uma vez mais, um decréscimo homólogo mais pronunciado do que nos períodos anteriores (Quadro 11). Na região, esta diminuição foi particularmente acentuada nas construções novas para habitação familiar (-40,4%), apesar de ter sido extensível a todas as novas edificações (-33,8%).

Também ao nível da conclusão de edifícios foi visível uma redução face ao trimestre homólogo que atingiu 9,2% em Portugal e 7,4% no Centro, no segundo trimestre de 2012. Esta diminuição, na região, restringiu-se aos edifícios novos (-13,3%) e foi mais expressiva no caso das construções novas destinadas à habitação familiar (-14,6%) e, conseqüentemente, nos respetivos fogos (-30,3%). Nos outros tipos de obras (ampliações, alterações e reconstruções de edifícios) a variação homóloga foi positiva.

Os empréstimos destinados à habitação concedidos às famílias registaram novo decréscimo homólogo real, no segundo trimestre de 2012. A variação foi semelhante em Portugal e na região (-5,0%). Já o crédito à habitação vencido apresentou um crescimento real bastante significativo, comparativamente com o segundo trimestre de 2011. O acréscimo homólogo real de 10,0% em Portugal e 11,8% no Centro evidencia o aumento das dificuldades das famílias em cumprir os seus compromissos.

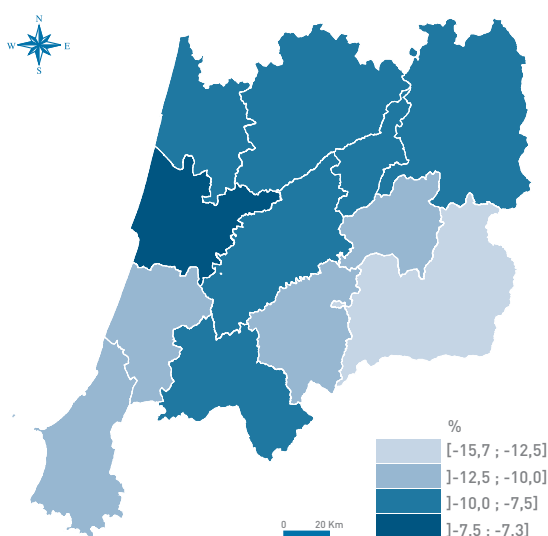
Quadro 11 – Construção e Habitação		2T12	1T12	4T11	3T11	2T11	2011	2010
		média trimestral						
Edifícios licenciados								
Portugal	n.º	5.217	5.662	5.855	6.129	6.458	6.259	6.994
	v. h. (%)	-19,2	-14,1	-8,9	-12,2	-12,5	-10,5	-9,6
Centro	n.º	1.631	1.801	1.816	1.869	2.027	1.965	2.201
	v. h. (%)	-19,5	-16,2	-11,9	-15,0	-12,4	-10,7	-9,3
para habitação familiar	n.º	887	1.008	1.108	1.099	1.243	1.198	1.424
	v. h. (%)	-28,6	-24,9	-15,0	-21,0	-20,8	-15,9	-10,4
Construções novas – Edifícios	n.º	878	1.062	1.117	1.115	1.326	1.254	1.525
	v. h. (%)	-33,8	-27,1	-22,2	-24,9	-20,9	-17,8	-6,3
para habitação familiar	v. h. (%)	-40,4	-34,7	-24,0	-28,2	-29,2	-22,4	-7,1
Edifícios concluídos ¹								
Portugal	n.º	6.164	7.045	7.519	7.120	6.788	6.948	7.144
	v. h. (%)	-9,2	10,7	4,4	-1,9	-4,4	-2,8	-12,3
Centro	n.º	1.974	2.297	2.402	2.289	2.131	2.199	2.210
	v. h. (%)	-7,4	16,3	6,1	-0,7	-2,7	-0,5	-10,9
para habitação familiar	n.º	1.376	1.626	1.748	1.678	1.504	1.586	1.609
	v. h. (%)	-8,5	15,2	7,4	-0,2	-5,8	-1,4	-13,7
Construções novas – Edifícios	n.º	1.382	1.675	1.800	1.688	1.594	1.646	1.672
	v. h. (%)	-13,3	11,5	5,6	-3,8	-3,4	-1,5	-13,1
para habitação familiar	v. h. (%)	-14,6	13,2	6,7	-2,5	-6,8	-2,6	-14,9
Novos fogos para habitação familiar – Centro								
Licenciados	v. h. (%)	-39,8	-33,2	-32,7	-36,5	-39,5	-35,9	-1,2
Concluídos¹	v. h. (%)	-30,3	0,3	-9,8	-4,0	-19,2	-10,6	-10,1
Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação								
Continente	v. h. (%)	2,1	3,2	3,3	3,4	3,7	3,2	1,0
Centro	v. h. (%)	3,0	4,1	4,3	4,9	5,3	4,6	2,3
Empréstimos concedidos para habitação ²								
Portugal	v. h. real (%)	-5,0	-5,6	-4,5	-3,3	-2,9	-3,0	1,2
Centro	v. h. real (%)	-5,0	-5,3	-4,3	-3,1	-2,7	-3,0	1,0
Crédito à habitação vencido ²								
Portugal	v. h. real (%)	10,0	-0,6	0,5	1,8	-2,9	1,9	15,8
Centro	v. h. real (%)	11,8	5,9	1,3	9,0	3,4	4,5	15,1
Avaliação bancária da habitação								
Portugal	€/m ²	1.047,0	1.056,7	1.084,7	1.107,7	1.143,7	1.119,3	1.155,8
	v. h. real (%)	-10,9	-10,5	-7,8	-6,8	-5,7	-6,6	-0,2
Centro	€/m ²	887,7	903,0	925,7	949,0	959,7	947,3	965,3
	v. h. real (%)	-10,0	-8,6	-5,8	-4,7	-5,0	-5,3	0,5

¹ Os valores do ano de 2012 correspondem a dados provisórios estimados. Para os restantes anos correspondem a dados revistos.
² Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

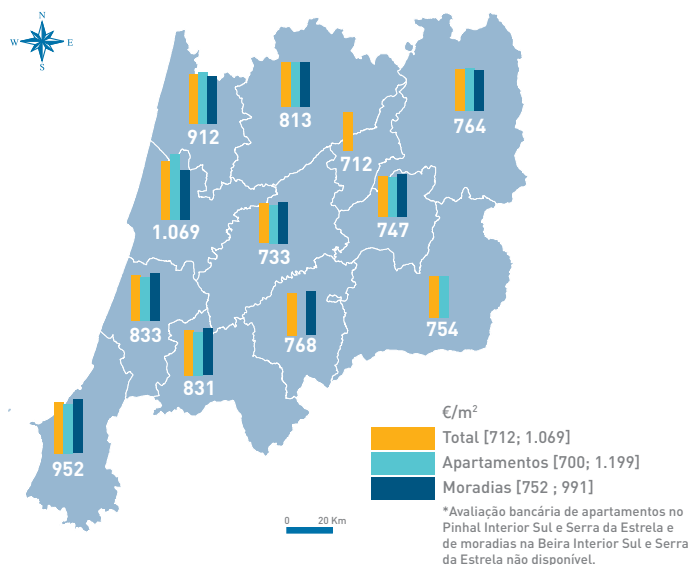
A avaliação bancária da habitação, no segundo trimestre de 2012, manteve a trajetória descendente que tem vindo a apresentar. No Centro, a redução de 10,0%, apesar de um pouco menos acentuada que a nacional, traduziu-se num agravamento da variação homóloga real verificada nos trimestres anteriores.

Ao nível das sub-regiões que compõem a região Centro, também foi visível um decréscimo homólogo real generalizado da avaliação da habitação efetuada pelo setor bancário. A menor diminuição homóloga real foi verificada no Baixo Mondego, NUTS que apresentou a avaliação mais elevada quer da habitação em termos globais (1.069 €/m²), quer dos apartamentos (1.199 €/m²), no segundo trimestre de 2012. O menor valor médio pelo qual as habitações foram avaliadas foi obtido na Serra da Estrela (712 €/m²).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2012



Avaliação bancária da habitação* no segundo trimestre de 2012



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

3,0%

foi a taxa de inflação homóloga na região e

-26,4%

foi a quebra homóloga real das receitas de cinema

No segundo trimestre de 2012 verificou-se um abrandamento no ritmo de crescimento dos preços. No Centro de Portugal a taxa de inflação homóloga atingiu 3,0%, valor superior à média nacional (2,8%). Já o consumo privado na região evidenciou sinais de uma maior contenção.

O nível médio geral dos preços avaliado através do Índice de Preços no Consumidor (IPC) aumentou, face ao trimestre homólogo 2,8% em Portugal e 3,0% no Centro, no segundo trimestre de 2012 (Quadro 12). Ao nível regional, quase todas as classes de produtos evidenciaram um crescimento homólogo dos preços. Foram exceção o “vestuário e calçado” e “saúde”, com decréscimos de 1,9% e 0,4%, respetivamente. Das restantes classes, salienta-se, por apresentar o maior aumento a da “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (11,3%).

Quadro 12 – Preços		2T12	1T12	4T11	3T11	2T11	2011	2010	
		média trimestral							
Índice de Preços no Consumidor – IPC									
Portugal	v. h. (%)	2,8	3,4	3,9	3,2	3,7	3,7	1,4	
Centro	v. h. (%)	3,0	3,8	4,7	3,7	4,5	4,3	1,5	
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	3,5	3,8	3,1	2,5	2,9	3,0	-0,3	
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	4,7	3,6	5,8	7,5	9,1	7,5	4,7	
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-1,9	0,5	2,5	-5,8	1,1	-1,4	0,1	
Habituação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	11,3	11,1	11,5	6,1	7,0	8,2	6,3	
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	0,3	0,3	1,5	1,8	1,3	1,3	0,6	
Saúde	v. h. (%)	-0,4	3,5	7,0	5,3	3,5	4,8	-1,8	
Transportes	v. h. (%)	1,9	3,9	6,9	7,7	9,1	8,4	4,2	
Comunicações	v. h. (%)	0,1	0,2	2,1	2,4	3,8	2,9	-2,0	
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	0,3	-0,5	-0,1	0,4	0,8	0,5	0,2	
Educação	v. h. (%)	1,9	1,9	1,8	0,9	0,9	1,1	1,2	
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	4,4	4,2	1,4	1,8	1,9	1,7	0,9	
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,8	2,1	1,9	2,6	2,7	2,3	0,1	

O consumo privado, aferido através dos indicadores presentes no Quadro 13, continuou a evidenciar uma retração face ao segundo trimestre de 2011, tanto em Portugal como no Centro. Na região, a análise dos indicadores aponta no sentido do agravamento dos níveis do consumo privado. Efetivamente, a maioria dos indicadores evidencia uma variação homóloga mais acentuada do que no trimestre anterior, salientando-se o expressivo recuo das receitas de cinema. Desta tendência, excetuaram-se os levantamentos e pagamentos em caixas automáticos, em que a variação homóloga real neste trimestre foi inferior à verificada no trimestre anterior.

Quadro 13 – Consumo Privado		2T12	1T12	4T11	3T11	2T11	2011	2010	
		média trimestral							
Importações intracomunitárias (chegadas) de bens de consumo ¹									
Portugal	v. h. real (%)	-3,3	-7,2	-12,6	-7,5	-9,7	-9,6	-4,5	
Centro	v. h. real (%)	-15,3	-8,5	-5,1	-6,3	-3,3	-3,9	-4,7	
Receitas de cinema									
Portugal	v. h. real (%)	-18,3	-11,8	-3,8	-9,9	21,4	-6,2	9,9	
Centro	v. h. real (%)	-26,4	-15,8	0,2	-12,5	30,7	-5,7	10,7	
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins ²									
Portugal	v. h. real (%)	-12,4	-11,8	-11,5	-8,6	-7,9	-7,7	-1,8	
Centro	v. h. real (%)	-12,7	-12,4	-11,8	-8,3	-8,1	-7,7	-1,9	
Crédito vencido para consumo e outros fins ² (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	11,5	10,8	10,5	10,1	9,2	9,6	8,1	
Centro	%	10,6	9,9	9,4	9,1	8,5	8,8	7,6	
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	-6,5	-3,7	-6,3	-4,2	-3,9	-4,6	1,7	
Centro	v. h. real (%)	-0,2	-2,5	-5,4	-3,6	-3,7	-4,0	0,9	
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	-2,9	-2,3	-1,9	-0,6	-0,9	-1,1	0,9	
Centro	v. h. real (%)	-0,7	-1,2	0,4	0,7	1,6	0,9	-0,6	
Compras em terminais de pagamento automático									
Portugal	v. h. real (%)	-11,6	-4,9	-8,5	-2,8	2,7	-2,4	11,8	
Centro	v. h. real (%)	-11,7	-4,1	-6,9	-1,8	3,3	-1,2	15,8	

¹ As importações intracomunitárias encontram-se por critério de origem e destino.
² Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO

4,8mil

milhões de euros de fundos comunitários do QREN aprovados no Centro de Portugal

44%

foi a taxa de execução do Mais Centro no final de junho de 2012

No âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), no final de junho de 2012 encontravam-se aprovados 13,7 mil projetos de investimento na região Centro, que se traduziam num investimento total de 9,3 mil milhões de euros e 4,8 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão aprovados.

Até esta data, tinham sido aprovadas, no Programa Operacional Regional – Mais Centro, quase três mil projetos que representavam uma comparticipação de FEDER de 1,4 mil milhões de euros. A taxa de execução do Mais Centro atingiu 44% da dotação total dos fundos prevista executar até ao final de 2015. O Mais Centro continuava assim a manter, nesta data, as mais elevadas taxas de execução, de realização e de pagamento entre os vários programas operacionais regionais do Continente.

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objetivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

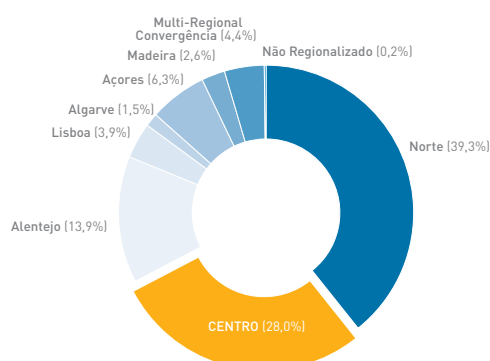
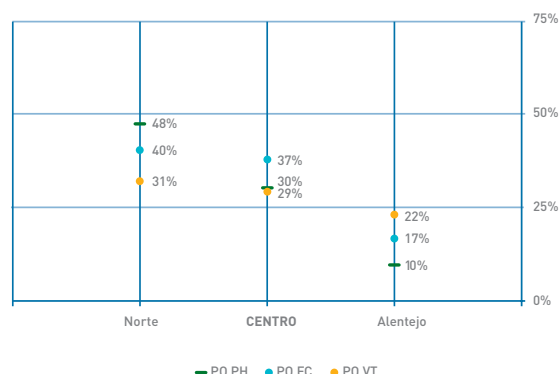
Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região *phasing-out* (Algarve); região *phasing-in* (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Factores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Factores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

Após a reprogramação dos Programas do QREN, submetida à Comissão Europeia em julho de 2011 e aprovada em meados de dezembro de 2011, o Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento
- Eixo 2: Valorização do Espaço Regional
- Eixo 3: Coesão Local e Urbana
- Eixo 4: Assistência técnica.

No final de junho de 2012, cerca de 81,2% dos fundos comunitários aprovados no âmbito do QREN (FEDER, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu) encontravam-se concentrados nas três regiões de convergência do Continente (Norte, Centro e Alentejo). O Centro continuava a ser a segunda região que mais beneficiava dos fundos comunitários aprovados no país, concentrando 28% destes. No que respeita aos fundos comunitários aprovados por programa operacional temático do QREN, verificava-se que as três regiões de convergência do Continente registavam um peso de 88% no PO PH, 94% no PO FC e 83% no PO VT.

Distribuição dos fundos comunitários aprovados por região
(30 de junho de 2012)**Relevância das três regiões convergência do Continente nos fundos comunitários aprovados pelos Programas Operacionais Temáticos**
(30 de junho de 2012)

Até ao final do primeiro semestre de 2012, foram aprovadas 13.678 operações²¹, na região Centro, no âmbito do QREN. Estes projetos envolviam um investimento total na região de 9,3 mil milhões de euros e a uma participação de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão de 4,8 mil milhões de euros.

Os fundos comunitários aprovados na região, por Programa Operacional do QREN, até esta data, respeitavam, maioritariamente, ao Mais Centro e ao PO PH (representando 30,1% e 30,5%, respetivamente).

O QREN alavancava assim na região um investimento total de cerca do dobro do valor dos fundos comunitários aprovados, ou seja, por cada euro de fundos comunitários aprovados é investido na região cerca de dois euros. O investimento total previsto em projetos financiados pelo PO FC no Centro de Portugal tem gerado um efeito multiplicador muito mais forte e que, no final de junho de 2012, era de 3,5.

No Programa Operacional Regional - Mais Centro, até 30 de junho de 2012, foram aprovadas 2.928 operações que correspondiam a um investimento total na região de 2,4 mil milhões de euros participado com fundo comunitário FEDER em 1,4 mil milhões de euros. Estes valores correspondem a uma diminuição de FEDER aprovado de cerca de 46 milhões de euros face ao aprovado no final de março de 2012. Esta redução deve-se ao processo de descativação de operações aprovadas (de acordo com o estabelecido na Resolução de Conselho de Ministros n.º 33/2012) e à suspensão de novas aprovações nos PO regionais do Continente (conforme deliberação da CMC do QREN de 8 de maio de 2012).

²¹ São consideradas as operações individuais que fazem parte integrante dos Programas de Ação (programas integrados que envolvem várias operações da responsabilidade de diversos parceiros, as quais devem corresponder a intervenções coerentes entre si e integradas)

Quadro 14 – O QREN no Centro de Portugal
(até 30 de junho de 2012)

		CENTRO				
		QREN (total)	Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Operações aprovadas	n.º	13.678	2.928	8.554	1.913	283
Investimento (custo) total	milhões €	9.309	2.356	2.091	3.594	1.268
	% do total nacional	30,8	22,4	29,5	45,0	28,1
Investimento (custo) elegível	milhões €	8.268	1.978	2.091	3.052	1.148
	% do total nacional	30,3	21,5	29,5	43,8	28,8
Fundo comunitário	milhões €	4.797	1.445	1.462	1.027	863
	% do QREN (total) da região	100,0	30,1	30,5	21,4	18,0
	% do total nacional	28,0	22,9	29,6	36,8	29,2

Este processo de descativação e de impossibilidade de aprovações implicou uma diminuição das verbas que o Mais Centro tinha comprometidas para financiamento dos projetos aprovados. A taxa de compromisso era assim de 84,9% a 30 de junho de 2012, o que traduz uma redução de 2,7 pontos percentuais face ao final do trimestre anterior.

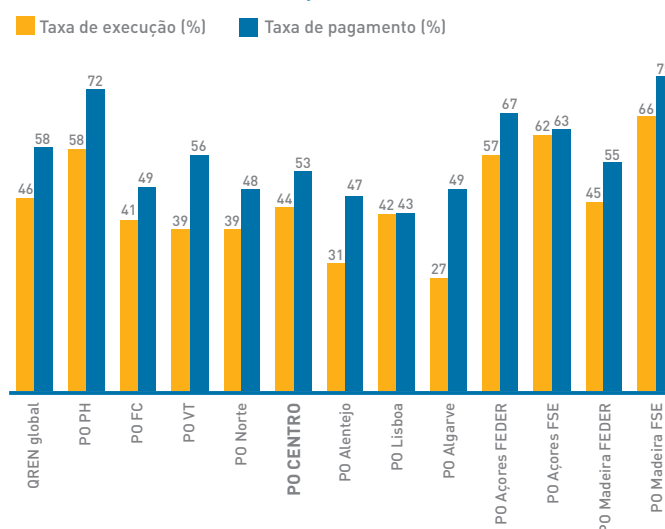
No Mais Centro, a despesa validada de FEDER ascendeu a 748 milhões de euros e os pagamentos aos beneficiários a 760,1 milhões de euros, ou seja, mais 74,2 milhões de euros e 68,7 milhões de euros, respetivamente, do que no final de março de 2012.

Estes dados referentes a final de junho de 2012 evidenciam que 44% da dotação dos fundos previstos até final de 2015 já está executado. A taxa de execução do Mais Centro (relação entre o FEDER validado e o FEDER programado) encontrava-se assim acima da taxa média de execução dos vários PO regionais do Continente (39%) e próxima da taxa de execução global do QREN (46%). Este indicador tem aumentado a um ritmo bastante satisfatório, tendo aumentado 4,4 p.p. face ao final do trimestre anterior.

Também as taxas de realização (relação entre o FEDER validado e o FEDER aprovado) e de pagamento (FEDER pago/FEDER aprovado) no Mais Centro registaram, nesta data, os valores mais elevados entre as regiões de convergência do Continente (51,8% e 52,6%, respetivamente).

Quadro 15 – Monitorização do Mais Centro (valores acumulados)		junho 2012	março 2012	dezembro 2011	setembro 2011	junho 2011
Execução Financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhões €	985,4	898,0	793,2	659,9	554,0
Fundo comunitário	milhões €	748,0	673,8	590,5	486,6	405,3
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	760,1	691,4	613,1	499,6	416,7
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	84,9	87,6	83,9	80,2	72,7
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	44,0	39,6	34,7	28,6	23,8
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	51,8	45,2	41,3	35,7	32,7
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	52,6	46,4	42,9	36,6	33,7
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	101,6	102,6	103,8	102,7	102,8

Taxa de execução e taxa de pagamento das candidaturas por Programa Operacional
(30 de junho de 2012)



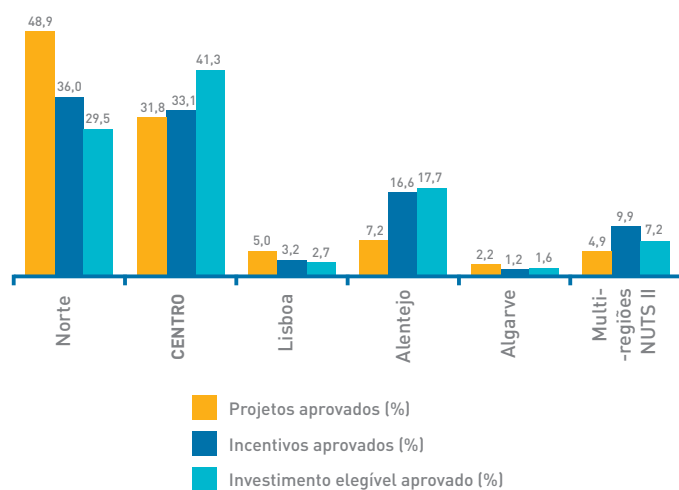
A região Centro tem evidenciado um desempenho muito positivo na Agenda Temática da Competitividade, no âmbito do QREN, nomeadamente no que respeita aos Sistemas de Incentivos, demonstrando uma dinâmica de investimento empresarial na região. No final de junho de 2012, encontravam-se aprovados nos Sistemas de Incentivos mais de dois

mil projetos empresariais na região comparticipados pelo Mais Centro e pelo PO FC, o que se traduzia num investimento elegível de 2,9 mil milhões de euros e um incentivo de 936 milhões de euros. Face ao total aprovado a nível nacional nos Sistemas de Incentivos, as aprovações na região Centro representavam 41,3% do total de investimento elegível e 33,1% do total de incentivo aprovados. Nesta data, a região Centro era a região do Continente com maior valor de investimento elegível aprovado nesta Agenda.

Ao contrário do que ocorria nas regiões Norte, Lisboa e Algarve, o peso dos incentivos às empresas aprovados no Centro era superior ao peso do número de projetos apoiados, apontando para uma dimensão média dos projetos elevada (em termos do montante de incentivo envolvido em cada projeto).

No que se refere aos Sistemas de Incentivos apenas no âmbito do Mais Centro, até ao final de junho de 2012, estavam aprovados 1.348 projetos respeitantes a intenções de micro e pequenas empresas, aos quais correspondia 448 milhões de euros de investimento elegível, 274 milhões de euros de incentivos aprovados e 128 milhões de euros de execução de fundo comunitário. Em termos de realizações, até final de junho de 2012, foram já apoiadas na região, ao abrigo dos Sistemas de Incentivos do Mais Centro, 804 empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, das quais 130 são novas empresas/*start-up* e 68 são novas empresas/*start-up* de setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

Distribuição regional dos Sistemas de Incentivos aprovados às empresas na Agenda da Competitividade (30 de junho de 2012)



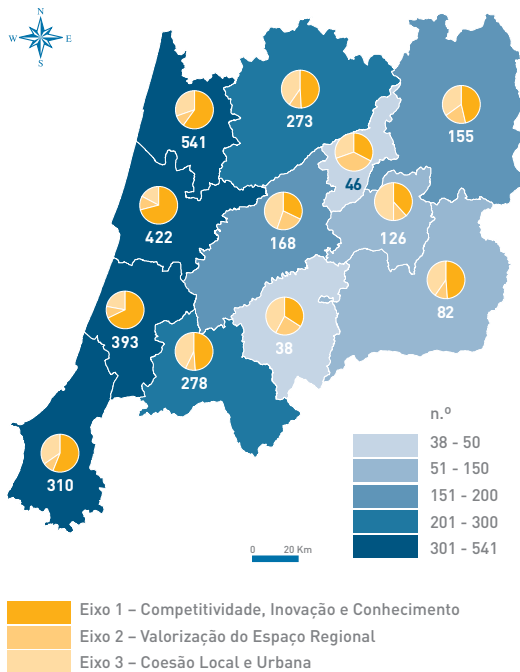
A análise da distribuição territorial dos projetos aprovados até ao final do segundo trimestre de 2012 ao abrigo do Mais Centro, com âmbito regional definido, destacava as quatro sub-regiões localizadas na faixa litoral da região Centro: Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral e Oeste. Este território litoral da região concentrava cerca de 58% do total de operações aprovadas e 55% do total de FEDER aprovado no Mais Centro. À semelhança do que tem ocorrido nos últimos trimestres, as NUTS III Médio Tejo e Dão-Lafões também têm evidenciado valores importantes ao nível das operações e comparticipações de FEDER aprovadas. No conjunto, estas seis sub-regiões referidas (metade das NUTS III da região Centro) concentravam uma parcela muito significativa do total de FEDER aprovado no Programa Regional até esta data (74%).

Em termos do FEDER aprovado por eixos prioritários²², observava-se uma maior concentração de aprovações nos eixos Competitividade, inovação e conhecimento (eixo 1) e Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais (eixo 3). Estes eixos eram os que registavam maior valor de FEDER atribuído às operações aprovadas em todas as sub-regiões da região Centro, com exceção da Beira Interior Norte em que a Valorização do espaço regional (eixo 2) assumia maior importância.

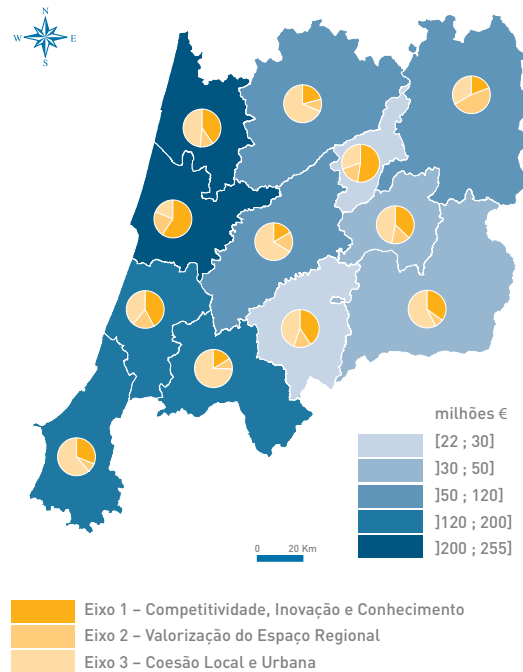
²² Os eixos prioritários em que se encontra estruturado o Mais Centro sofreram alterações após a reprogramação do Programa, submetido à Comissão Europeia em julho de 2011 e aprovado em meados de dezembro de 2011 (tal como referido na nota introdutória deste capítulo).

Nesta data, a distribuição sub-regional do fundo comunitário aprovado relativizado pela população residente e pelo número de operações aprovadas evidenciava a importância da Beira Interior Norte. Estes indicadores apresentavam ainda valores relevantes para a Serra da Estrela no caso da dimensão média dos projetos e para o Médio Tejo e Baixo Mondego no que diz respeito ao fundo aprovado por habitante.

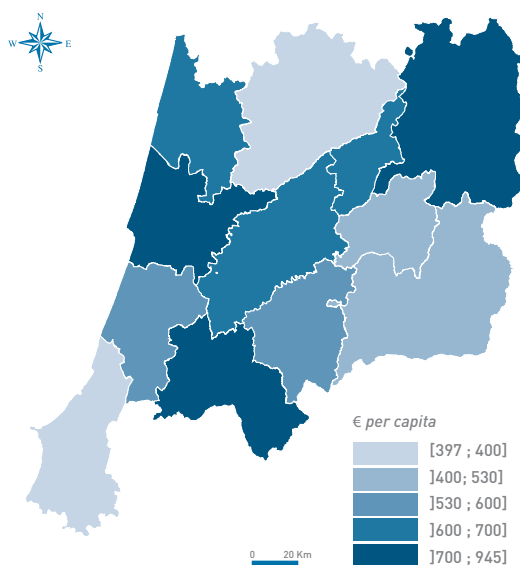
Operações aprovadas no âmbito do Mais Centro
 (30 de junho de 2012)



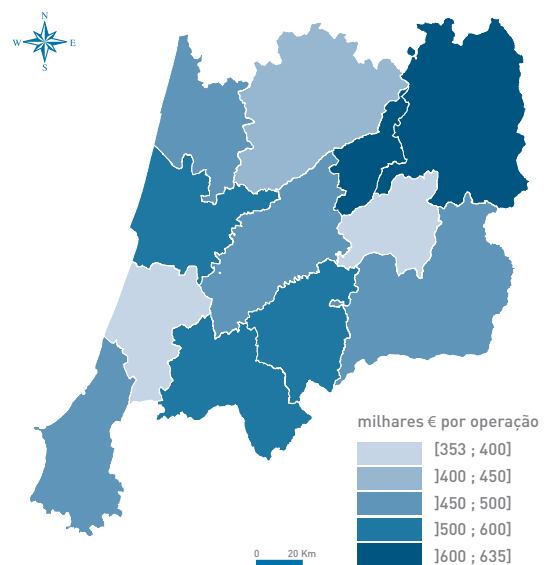
Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Mais Centro (30 de junho de 2012)



Fundo comunitário aprovado *per capita* no âmbito do Mais Centro
 (30 de junho de 2012)



Fundo comunitário aprovado por operação no âmbito do Mais Centro (30 de junho de 2012)



CENTRO DE ESTUDOS IBÉRICOS: CULTURA, COOPERAÇÃO, CONHECIMENTO

Criado formalmente em maio de 2001, como associação transfronteiriça sem fins lucrativos, o Centro de Estudos Ibéricos (CEI) assenta numa parceria vocacionada para a cooperação territorial, tendo como preocupação e centro privilegiado de atuação o território fronteiriço da Raia Central Ibérica.

Ao longo de mais de uma década, o Centro de Estudos Ibéricos tem vindo a afirmar-se como plataforma de diálogo, encontro de culturas e centro de transferência de conhecimentos, apostado na valorização da aprendizagem, do ensino, da formação e da investigação, dinamizando eventos e congregando vontades imprescindíveis para fomentar relações cada vez mais íntimas e cúmplices entre pessoas e instituições, contribuindo, pelas iniciativas que tem protagonizado, para superar barreiras e estimular a cooperação entre diferentes territórios de aquém e além-fronteiras.

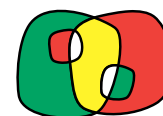
O elevado ritmo de atividades realizadas pelo CEI só foi possível devido ao apoio obtido por programas comunitários de cooperação transfronteiriça, a saber:

- Projeto Fronteira, Investigação, Cooperação, executado durante o período 2002 a 2005 (Interreg III-A)
- Projeto CEI – Gabinete de Investigação para o Desenvolvimento e as Iniciativas de Cooperação, executado durante o período 2006 a 2008 (Interreg III-A)
- Projeto CEI – Rede para a Cooperação e o Desenvolvimento, apoiado no âmbito do POCTEP e em período de execução (2009 – 2012)
- Projeto CEI – Conhecimento, Cooperação e Território - (2011-2012)

Ao longo destes anos, o CEI tem desenvolvido estes projetos com elevados níveis de execução, tendo mesmo o projeto CEI – Gabinete de Investigação para o Desenvolvimento e as Iniciativas de Cooperação sido referenciado como um dos exemplos de boas práticas na Conferência “Cooperação Transfronteiriça de Segunda Geração”, realizada nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2009, em Guimarães.

O **projeto CEI – Rede para a Cooperação e o Desenvolvimento**, concluído a 30 de abril de 2012, teve como objetivo promover e incrementar a eficácia da rede de cooperação transfronteiriça existente no eixo Coimbra, Guarda, Salamanca, que vinha sendo desenvolvida através do Centro de Estudos Ibéricos, e dinamizar a utilização conjunta de equipamentos e serviços de índole científica, educativa, cultural e social no espaço de fronteira. Ao longo dos últimos três anos, o CEI apostou na concretização das seguintes ações:

1. Qualificação do Potencial Humano, através da transferência de conhecimentos e divulgação técnica e científica;
2. Valorização do território e interpretação das suas dinâmicas: os espaços fronteiriços de baixa densidade, o património, a Cultura Ibérica e a cooperação territorial;
3. Promoção de eventos e atividades de carácter técnico, científico e cultural.



PROGRAMA
COOPERACIÓN TRANSFRONTERIZA
ESPAÑA ~ PORTUGAL
COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA
2 0 0 7 – 2 0 1 3



UNIÃO EUROPEIA
FEDER

Investimos no seu futuro

Principais atividades



O Curso de Verão foi a primeira iniciativa regular do Centro de Estudos Ibéricos e tornou-se num ponto de encontro anual de investigadores, docentes e alunos de Portugal e Espanha. Conhecer melhor as culturas ibéricas, reforçar a identidade raiana e estudar novas relações entre os dois países têm sido os objetivos centrais destes cursos.

Na área formativa, Encontros, Seminários, Conferências e Jornadas têm marcado a atividade do CEI, com destaque para os Ciclos de Conferências “O Direito e a Cooperação Ibérica”, “Saúde Sem Fronteiras” e “Escola: Problemas de Desafios”. Estas iniciativas, coordenadas por membros da Comissão Científica do CEI, contam sempre com o testemunho e a participação de especialistas e públicos de Portugal e Espanha.

Apreocupação em difundir conhecimento esteve na origem de um Programa de estímulo à investigação, com a atribuição de apoios à realização de trabalhos académicos, no âmbito do projeto “Culturas Ibéricas, Sociedades de Fronteira: Territórios, Sociedades e Culturas em tempo de mudança”. Mais de sessenta investigadores portugueses e espanhóis realizaram trabalhos que alimentaram tanto as Conferências “Territórios e Culturas Ibéricas”, que se sucederam ao longo dos últimos anos, como a publicação das respetivas Atas.

Merecem ainda uma referência particular outras iniciativas, onde se destaca a atribuição anual do Prémio Eduardo Lourenço (destinado a galardoar personalidades ou instituições que tenham sido protagonistas de uma intervenção relevante no âmbito da cooperação e da cultura ibérica) e a realização de exposições sobre temáticas transfronteiriças.



A atividade editorial do CEI iniciou-se em 2003 com a coleção “Iberografias”, que conta já com vinte volumes sobre temáticas que vão da cooperação territorial, ao património, história, educação e direito. O CEI publica anualmente a revista “Iberografias”, para além de outras publicações temáticas e catálogos relativos às exposições realizadas.

A matriz e o património do CEI foram construídos na promoção da cooperação territorial, na investigação dos processos de reestruturação das áreas de fronteira, na compreensão das suas dinâmicas económicas, sociais e culturais e na promoção da qualificação dos recursos humanos e dos territórios.

Lugar de permanente inovação e desafio, o CEI pretende prosseguir estas coordenadas através da dinamização da formação, da investigação e da divulgação científica e cultural para responder às necessidades regionais e às expectativas dos atores destes territórios raianos.

DISTÂNCIAS E ACESSIBILIDADES NA REGIÃO CENTRO E NO CONTINENTE PORTUGUÊS

João Pedro Ferreira
GEMF - Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra

Rui Pina
AC, Águas de Coimbra, E.E.M.

Pedro Nogueira Ramos
GEMF - Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra

Introdução

Este trabalho versa sobre distâncias entre regiões, e propõe-se igualmente fornecer indicadores de acessibilidade para os municípios da Região Centro e do Continente português, sendo que a acessibilidade é ela própria uma distância: de um particular município a todo o restante território (e a si próprio).

Conhecer a distância entre dois pontos no espaço não é hoje, na era das Tecnologias da Informação, matéria especialmente problemática. Várias aplicações disponíveis *online* fornecem-nos essa informação. Só que no mundo real as regiões não são pontos, nem redutíveis a simples coordenadas no espaço. Tome-se o caso da acessibilidade. Definimo-la como a distância de um município a todo o território. Mas como pode ser isto medido? Quanto ao município, aceitemos como razoável assumir uma convenção: que o ponto de partida seja por exemplo a porta da Câmara Municipal. Mas a distância ao restante território que pode ser? A distância a Lisboa, que é a capital? Mas porque não ao Porto, a Coimbra ou a Aveiro? Ou a um ponto extremo do território, talvez à ponta de Sagres?

Também na distância entre duas regiões o mesmo problema se suscita: como medir por exemplo a distância entre a Região Centro e a Região Norte? Uma solução simples seria tomar a distância entre as duas maiores cidades das duas regiões, no caso Porto e Coimbra. Mas esta é uma simplificação abusiva. Porque não tomar antes a distância extrema entre Bragança e Torres Vedras? Ou os poucos quilómetros sub-urbanos entre Espinho e Esmoriz, já no município de Ovar, na Região Centro?

Este artigo propõe-se medir as distâncias inter-regionais e as acessibilidades por médias ponderadas de distâncias, envolvendo todos os municípios, do Continente ou Região Centro. A secção seguinte faz uma breve descrição do procedimento adotado no cálculo destas distâncias médias. Na segunda secção, é apresentada uma panóplia de resultados, sob a forma de quadros ou mapas, que ilustram a informação que obtivemos pelos procedimentos descritos. Segue-se uma breve abordagem à distância a equipamentos – aeroportos e portos – que suportam a acessibilidade internacional. Por fim, na nota conclusiva é proposto ao leitor o livre acesso aos dados produzidos²³.

²³ Disponibilizados na ligação do Boletim Trimestral n.º 15 em www.ccdrc.pt/boletim

Medida das distâncias inter-regionais e da acessibilidade

A solução que aqui propomos, para medir distâncias entre regiões, e em consequência construir indicadores de acessibilidade, é concetualmente muito simples. A distância entre duas regiões A e B é definida como uma média das distâncias, ao longo das vias rodoviárias existentes, de todas as sedes dos municípios de A a todas as sedes dos municípios de B. É uma proposta evidente, mas que, assinala-se, envolve um considerável trabalho de cálculo. Possuindo a Região Centro 100 municípios, e a Região Norte 86, a distância entre a Região Centro e a Região Norte é então definida como uma média de 8600 distâncias diferentes entre os municípios das duas regiões. As distâncias, que aqui calculamos, podem ser medidas em quilómetros ou em tempo de viagem.

Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no 17.º Congresso da APDR, Bragança-Zamora, junho-julho, 2011

O indicador de acessibilidade, por sua vez, para um dado município, é uma média das distâncias desse município – também físicas ou em tempo de viagem – a todos os outros municípios de um certo território, que pode conforme os casos ser só a Região Centro ou todo o Continente. Inclui-se igualmente nessas médias estimativas da distância dos municípios a eles próprios (distância intra-municipal), cuja construção se explicará adiante.

As distâncias entre cada par de sedes de município foram calculadas através de uma aplicação informática que faz uso do Interface de Programação de Aplicações (API) “Google Directions”. Esta aplicação informática seleciona, por defeito (que foi também a nossa opção), o caminho que estima menos moroso, em termos de tempo, mesmo que mais longínquo em distância física. As nossas distâncias, em quilómetros, e os nossos tempos, correspondem pois ao mesmo trajeto selecionado segundo o mesmo critério. A aplicação seleciona ainda de forma automática, o ponto em concreto dentro de cada município para aferir a distância, sendo que normalmente se trata do edifício da Câmara Municipal.

O trabalho dos autores deste artigo foi, é claro, para além de fazer correr a aplicação informática, essencialmente calcular a média das distâncias entre todos os pontos envolvidos. Como é compreensível não pôde ser atribuída a mesma importância a todas as distâncias. A interação entre alguns municípios, mais populosos e onde se concentra uma actividade económica mais intensa, é muito maior que entre outros mais pequenos, em termos demográficos e económicos. Retomando o exemplo da Região Centro e Região Norte, as distâncias entre Porto e Aveiro, ou entre Coimbra e Braga, não-de ser muito mais relevantes que por exemplo a percorrida entre Alfândega da Fé e Manteigas. O mesmo acontece para os indicadores de acessibilidade: para um certo município é muito mais relevante a sua distância a Lisboa, Porto ou Coimbra, do que por exemplo a Almodôvar. Quer isto dizer que as nossas médias são médias ponderadas, sendo os ponderadores a importância que atribuímos, na construção do valor médio, a cada distância elementar.

De facto, as distâncias e indicadores propostos neste trabalho foram construídas essencialmente segundo dois tipos de ponderadores:

- a população dos municípios, segundo os Resultados Preliminares dos Censos 2011;
- o poder de compra dos municípios, em percentagem do todo nacional, segundo o Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio do INE, 2009 (publicado em 2011).

Embora os resultados decorrentes dos dois sistemas de ponderação não sejam muito diferentes entre si, o primeiro tende a privilegiar as áreas de maior densidade populacional, representando basicamente as distâncias e a acessibilidade às pessoas. O segundo, ao contrário, dá mais peso às bolsas de maior acumulação de poder de compra, fornecendo essencialmente distâncias e acessibilidade aos mercados.

A metodologia adotada prevê igualmente o cálculo das distâncias intra-regionais, por uma metodologia consistente com a das distâncias inter-regionais. Ou seja, a distância interna à região A é a média ponderada das distâncias entre todos os municípios de A e eles próprios, sendo que a unidade de medida pode ser física – o quilómetro –, ou exprimir-se em unidades de tempo, e os ponderadores são os mesmos que os usados no cálculo das distâncias inter-regionais. No cálculo da distância intra-regional, entrou-se igualmente com uma distância intra-municipal, ainda que medida por uma metodologia diferente das restantes distâncias. A distância intra-municipal foi definida como sendo a média das distâncias lineares entre todos os vértices que definem o polígono do município e o seu centróide. No caso da distância-tempo, foi assumido adicionalmente que a distância física intra-municipal é percorrida a uma velocidade média diferente, consoante a densidade populacional do município. Assim, para os municípios mais densos foi assumida uma velocidade média de 30 km/h, enquanto para os menos densos supôs-se uma velocidade média de 50 km/h. Para os municípios medianamente densos foi assumida uma velocidade intermédia de 40 km/h. Esta distância intra-municipal é parte, igualmente, do cálculo dos indicadores de acessibilidade.

Sublinhe-se por fim que as distâncias utilizadas (exceto no caso peculiar da intra-municipal) são distâncias reais, por estrada, e não distâncias teóricas, em linha reta, ditas euclidianas. Isto pode fazer uma diferença significativa, porque obstáculos, orográficos ou outros, podem tornar remotas regiões que em linha reta seriam próximas. Um exemplo, na Região Centro, pode ser elucidativo. A distância “euclidiana” entre as sub-regiões NUTS III Serra da Estrela e Pinhal Interior Sul é somente 81 km, enquanto a distância viária (ponderador população) ascende a 177,8 km.

Alguns resultados quanto a distâncias e acessibilidades para a Região Centro e Continente

Os Quadros 1 a 4, à frente, mostram-nos para as grandes regiões do Continente (NUTS II) as distâncias por nós estimadas²⁴.

Quadro 1 – Distâncias físicas (em quilómetros) entre as regiões NUTS II do Continente (ponderador população)

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Norte	73,6				
Centro	205,5	132,7			
Lisboa	364,8	216,7	30,0		
Alentejo	403,3	254,7	146,9	133,7	
Algarve	595,4	452,3	282,6	264,1	49,2

Quadro 2 – Distâncias físicas (em quilómetros) entre as regiões NUTS II do Continente (ponderador poder de compra)

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Norte	63,7				
Centro	199,0	128,4			
Lisboa	357,1	211,4	26,5		
Alentejo	395,0	249,7	143,7	130,6	
Algarve	587,6	447,2	282,1	264,7	46,0

Quadro 3 – Distâncias-tempo entre as regiões NUTS II do Continente (ponderador população)

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Norte	00:56				
Centro	02:08	01:31			
Lisboa	03:25	02:11	00:29		
Alentejo	03:52	02:40	01:38	01:37	
Algarve	05:21	04:11	02:40	02:39	00:38

Quadro 4 – Distâncias-tempo entre as regiões NUTS II do Continente (ponderador poder de compra)

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Norte	00:49				
Centro	02:02	01:27			
Lisboa	03:20	02:08	00:27		
Alentejo	03:46	02:35	01:36	01:35	
Algarve	05:16	04:07	02:40	02:38	00:36

²⁴ Não encarámos, neste trabalho, o problema das distâncias às regiões insulares, dada a dificuldade de estabelecer um critério de comparação entre percursos por estrada, e distâncias percorridas por via aérea.

Quadro 5 – Indicadores de Acessibilidade ao Continente português: os 10 mais acessíveis

Distância Física				Distância-Tempo			
Ponderadores				Ponderadores			
População		Poder de Compra		População		Poder de Compra	
Soure	180,4	Azambuja	174,3	Condeixa-a-Nova	01:47	Vila Franca de Xira	01:42
Coimbra	180,4	Santarém	174,9	Coimbra	01:51	Bombarral	01:44
Condeixa-a-Nova	181,2	Alcanena	175,1	Mealhada	01:51	Santarém	01:44
Leiria	182,9	Vila Franca Xira	175,7	Leiria	01:51	Loures	01:45
Anadia	183,5	Cartaxo	175,8	Alcanena	01:51	Alcanena	01:45
Mealhada	183,7	Caldas da Rainha	176,1	Pombal	01:51	Arruda dos Vinhos	01:45
Pombal	184,3	Alenquer	176,4	Albergaria-a-Velha	01:52	Óbidos	01:45
Cantanhede	185,7	Bombarral	176,6	Santarém	01:52	Caldas da Rainha	01:46
Alcanena	185,7	Leiria	176,7	Torres Novas	01:53	Odivelas	01:46
Alvaiázere	185,9	Porto de Mós	177,2	Estarreja	01:53	Alenquer	01:46

Tomando, por exemplo, a distância-tempo entre as regiões, com a população como ponderador (Quadro 3), vê-se que a distância média percorrida no interior da Região Centro é 1h 31m, enquanto as distâncias ao Norte e a Lisboa (região) são respectivamente 2h 08m e 2h 11m. Um pouco mais longe fica o Alentejo (2h 40m), mas viajar para o Algarve demora já em média 4h 11m. Estas distâncias envolvem, no seu cálculo, todos os municípios quer da região de origem, quer da região de destino, ponderando cada município pela sua importância, no caso aferida pela sua população.

É curioso verificar, também, que em termos de tempo a distância do Algarve a Lisboa é equiparável à que se percorre entre o Algarve e o Alentejo. Compreende-se que assim seja, não só pela menor qualidade de uma parte da rede viária alentejana, mas sobretudo porque o Alentejo que tem peso, demográfico ou económico, não é a parte contígua ao Algarve, mas algumas cidades relativamente distantes, como Évora, Portalegre ou Santarém (que no âmbito das NUTS 2002, em vigor, é também parte da região Alentejo). Do mesmo modo, a distância-tempo entre Lisboa e o Alentejo é similar à distância intra-Alentejo, só diferindo por um escasso minuto, quer quando os ponderadores são as populações quer no caso do poder de compra.

Para além das distâncias entre as cinco grandes regiões continentais, calculámos também, e estão disponíveis, as distâncias entre as sub-regiões NUTS III (28 ao todo para o Continente português).

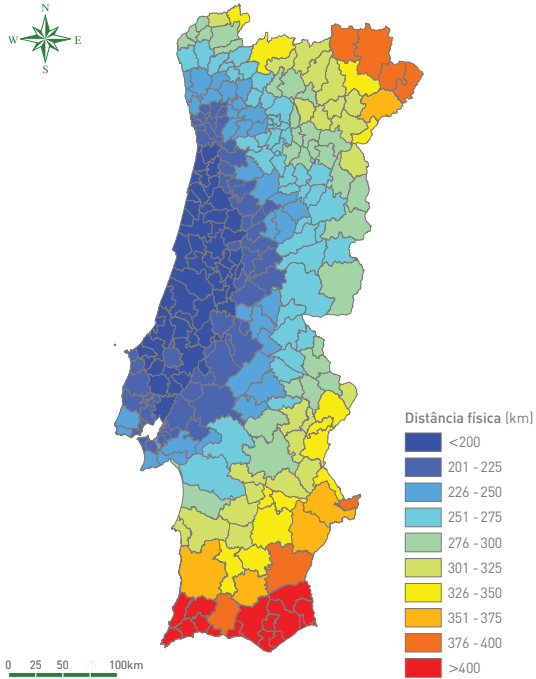
O Quadro 5 respeita já aos Indicadores de Acessibilidade por nós propostos, neste caso para a acessibilidade a todo o espaço do Continente português. O Quadro indica os 10 municípios mais acessíveis, segundo os quatro critérios por nós erigidos.

Alguns municípios da Região Centro, particularmente do Centro litoral, estão entre os mais bafejados pela sua acessibilidade ao conjunto do Continente. Quando se utiliza a população como ponderador os municípios com melhor acesso estão mais a norte, na região de Coimbra, mas quando se considera o poder de compra a melhor acessibilidade desloca-se para sul, para a proximidade de Lisboa, que é em Portugal o principal magnete da actividade económica e do poder de compra.

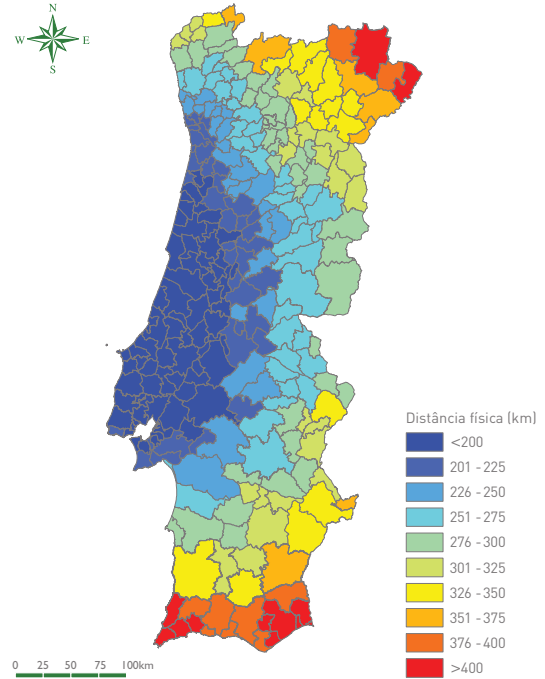
A Figura 1 dá-nos o panorama da acessibilidade de todos os municípios do Continente. Confirma-se que o Centro litoral cai na área mais acessível, enquanto os municípios mais distantes de todo o Continente, situam-se basicamente no Algarve, se se considerar a distância-física, e em Trás-os-Montes se se considerar a distância-tempo.

Figura 1 – Indicadores de Acessibilidade ao território continental

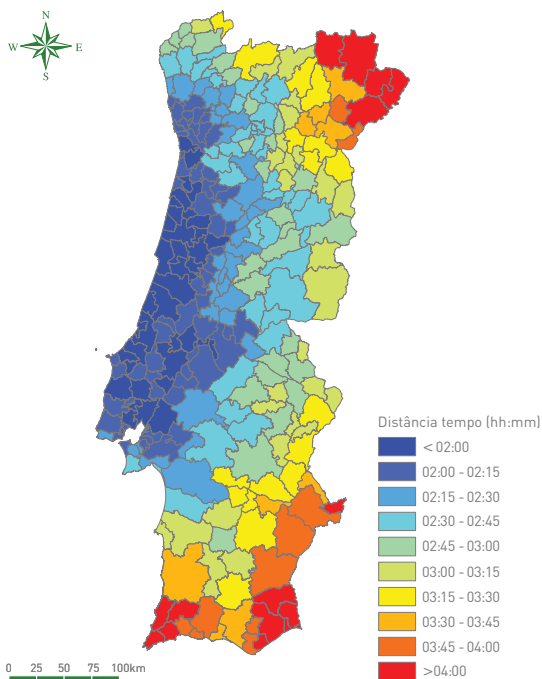
Indicadores de Acessibilidade dos municípios do Continente ao território continental (distâncias físicas; ponderador população)



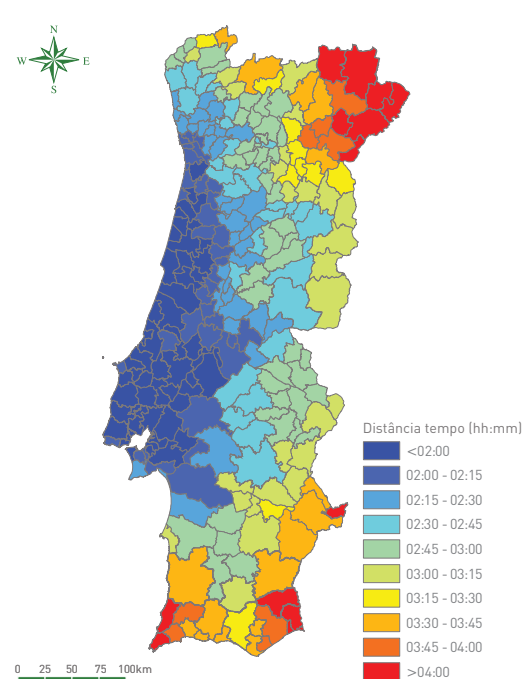
Indicadores de Acessibilidade dos municípios do Continente ao território continental (distâncias físicas; ponderador poder de compra)



Indicadores de Acessibilidade dos municípios do Continente ao território continental (distâncias tempo; ponderador população)



Indicadores de Acessibilidade dos municípios do Continente ao território continental (distâncias tempo; ponderador poder de compra)



O Quadro 6 restringe-se já à Região Centro, estando a acessibilidade agora definida como a distância média de cada município ao restante território da Região. O Quadro mostra os 10 municípios mais acessíveis, e também os 10 menos acessíveis, naturalmente localizados estes últimos na faixa interior da Região.

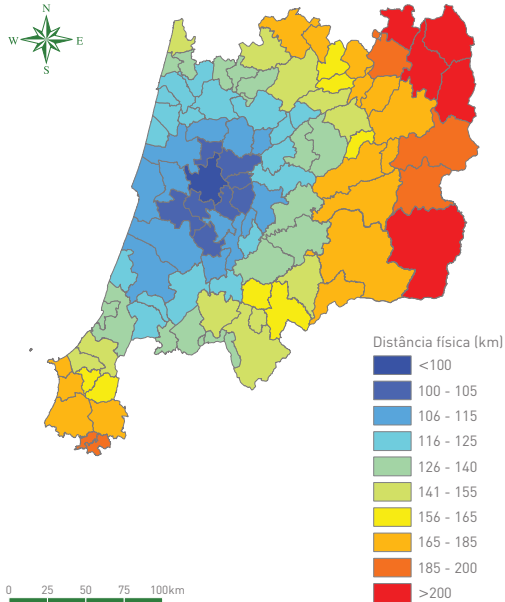
Quadro 6 – Indicadores de Acessibilidade à Região Centro: 10 municípios mais e 10 municípios menos acessíveis

	Distância Física				Distância-Tempo			
	Ponder. População		Ponder. Poder de Compra		Ponder. População		Ponder. Poder de Compra	
Os 10 +	Coimbra	97,3	Coimbra	94,4	Condeixa-a-Nova	01:09	Condeixa-a-Nova	01:07
	Miranda do Corvo	100,8	Condeixa-a-Nova	98,6	Coimbra	01:12	Coimbra	01:09
	Condeixa-a-Nova	102,0	Miranda do Corvo	99,1	Mealhada	01:13	Mealhada	01:11
	Soure	102,9	Soure	99,2	Cantanhede	01:15	Leiria	01:12
	Ansião	103,0	Ansião	100,3	Leiria	01:15	Figueira da Foz	01:12
	V. N. de Poiares	103,6	Mealhada	102,3	Pombal	01:15	Cantanhede	01:12
	Lousã	103,7	V. N. de Poiares	102,6	Figueira da Foz	01:15	Pombal	01:12
	Penacova	104,4	Cantanhede	102,6	Penacova	01:16	Montemor-o-Velho	01:14
	Mealhada	105,0	Lousã	102,7	Albergaria-a-Velha	01:16	Penacova	01:14
	Cantanhede	105,5	Penacova	103,2	Montemor-o-Velho	01:17	Albergaria-a-Velha	01:15
:								
Os 10 -	Arruda dos Vinhos	186,5	Belmonte	187,4	Manteigas	02:07	Manteigas	02:08
	Sobral Monte Agraço	186,5	Fundão	188,9	Trancoso	02:08	Trancoso	02:09
	Trancoso	190,0	Trancoso	193,5	Sabugal	02:14	Sabugal	02:16
	Penamacor	194,2	Sabugal	198,6	Aguiar da Beira	02:15	Aguiar da Beira	02:16
	Sabugal	194,9	Penamacor	200,3	Penamacor	02:17	Idanha-a-Nova	02:19
	Idanha-a-Nova	201,3	Idanha-a-Nova	205,9	Idanha-a-Nova	02:18	Penamacor	02:20
	Pinhel	211,1	Pinhel	215,0	Almeida	02:18	Almeida	02:20
	Meda	214,7	Meda	218,3	Pinhel	02:19	Pinhel	02:21
	Almeida	215,3	Almeida	219,2	Meda	02:34	Meda	02:36
	Figueira de Castelo Rodrigo	234,3	Figueira de Castelo Rodrigo	238,4	Figueira de Castelo Rodrigo	02:38	Figueira de Castelo Rodrigo	02:40

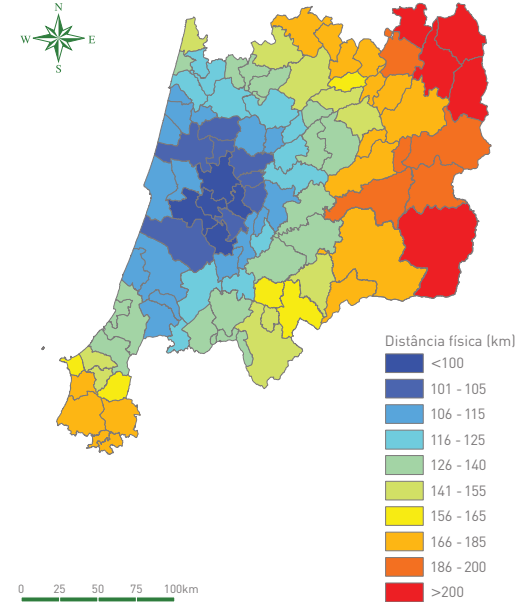
A mesma informação, cobrindo agora todos os municípios da Região Centro, está cartografada na Figura 2.

Figura 2 – Indicadores de Acessibilidade ao território da Região Centro

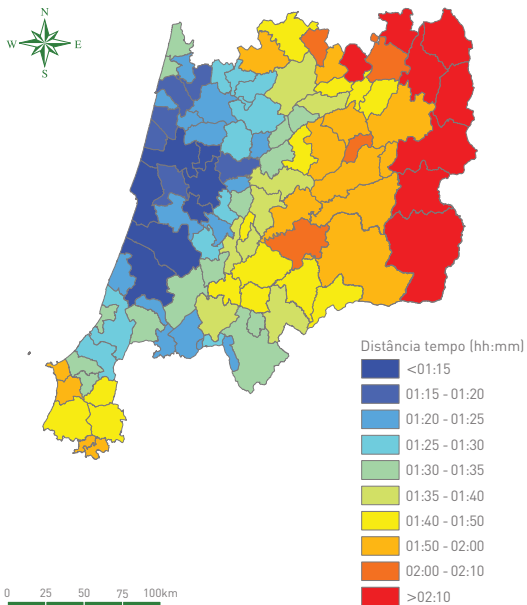
Indicadores de Acessibilidade dos municípios da Região Centro ao território regional
(distâncias físicas; ponderador população)



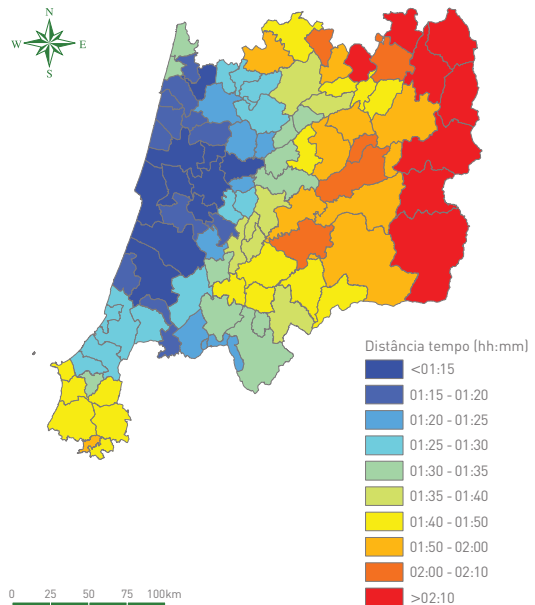
Indicadores de Acessibilidade dos municípios da Região Centro ao território regional
(distâncias físicas; ponderador poder de compra)



Indicadores de Acessibilidade dos municípios da Região Centro ao território regional
(distâncias tempo; ponderador população)



Indicadores de Acessibilidade dos municípios da Região Centro ao território regional
(distâncias tempo; ponderador poder de compra)

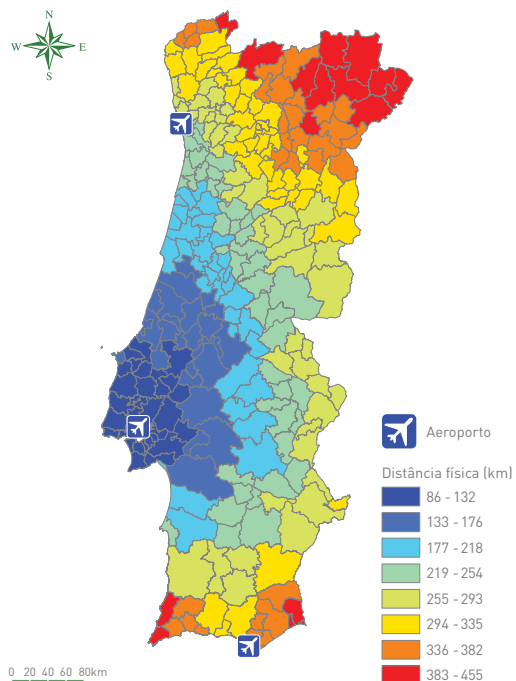


Distâncias a equipamentos: aeroportos e portos

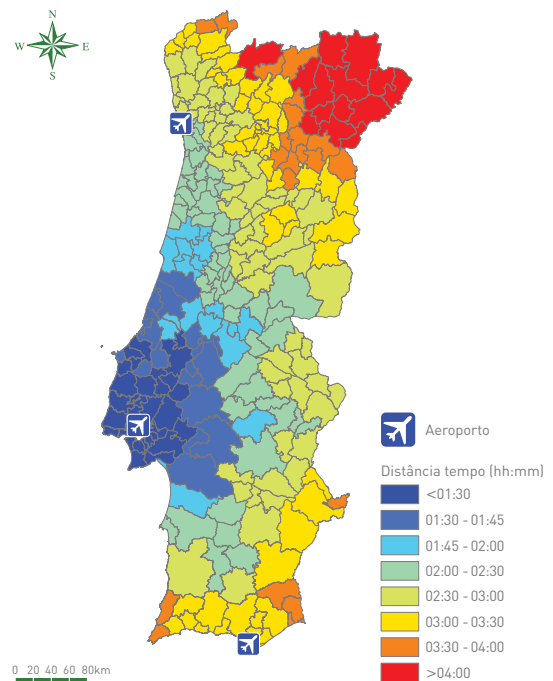
Uma nota importante é que os indicadores de acessibilidade aqui apresentados referem-se unicamente à acessibilidade ao território nacional – Continente ou Região Centro –, sendo omitida a acessibilidade a Espanha, ou a infra-estruturas de tráfego internacional, como os aeroportos e portos. Alguns cálculos relativos à acessibilidade internacional podem porém ser produzidos. Por exemplo, a Figura 3 mostra-nos as distâncias médias (físicas e tempo) de cada município aos três aeroportos internacionais do Continente. É importante sublinhar que neste caso os ponderadores não são a população nem o poder de compra, mas o tráfego de mercadorias nos referidos aeroportos. É ainda disponibilizada idêntica informação usando o tráfego de passageiros.

Figura 3 – Distâncias Médias aos Aeroportos

Distância média (física) dos municípios do Continente aos aeroportos
(ponderador tráfego de mercadorias)



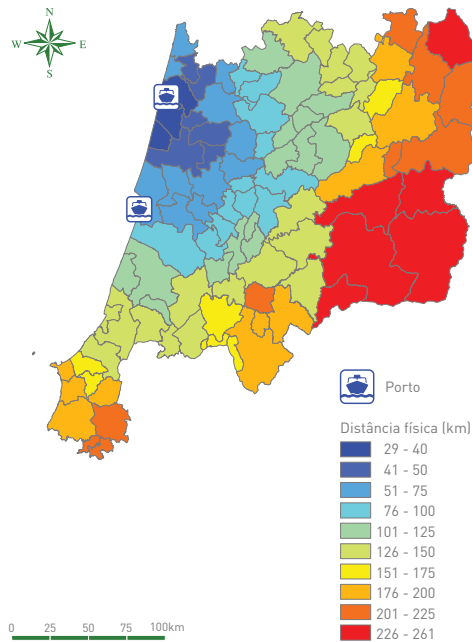
Distância média (tempo) dos municípios do Continente aos aeroportos
(ponderador tráfego de mercadorias)



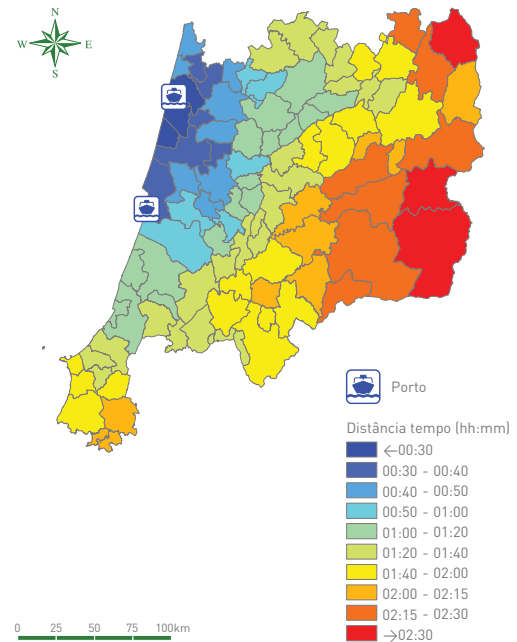
Finalmente, a Figura 4 mostra-nos, para a Região Centro, a distância média – física e tempo – aos portos regionais com tráfego de contentores. Os ponderadores são precisamente o tráfego de mercadorias nesses portos.

Figura 4 – Distâncias Médias aos Portos da Região centro

Distância média (física) dos municípios da Região Centro aos seus portos
(ponderador tráfego de mercadorias)



Distância média (tempo) dos municípios da Região Centro aos seus portos
(ponderador tráfego de mercadorias)



Nota conclusiva

O objetivo deste trabalho foi dar a conhecer um conjunto de informação, produzida pelos autores, relativa ao cálculo de distâncias médias inter-regionais e indicadores de acessibilidade. Os indicadores de acessibilidade são também eles distâncias, calculadas para cada município, percorridas no interior deles próprios, e para todos os outros municípios, ou do Continente ou da Região Centro. Sublinha-se que neste trabalho se utilizaram distâncias viárias reais, que têm de ser efetivamente realizadas quando nos deslocamos para um particular local. As distâncias entre duas regiões (ou no caso da acessibilidade entre um particular município e um todo regional, ou o Continente globalmente) envolvem todos os pontos, ou seja todas as sedes de município, de cada região considerada. A cada par de municípios é atribuído um ponderador que reflete a importância dessa particular distância. Esse ponderador deriva, geralmente, da população ou do poder de compra estimado para o município, mas pode nalguns casos ter a ver com outro tipo de indicadores, como os relativos a tráfegos de mercadorias ou passageiros em portos ou aeroportos.

Toda a informação ilustrada neste artigo pode ser solicitada aos autores, e ser livremente usada sem qualquer custo, sendo o único compromisso a adequada identificação da fonte dos dados: autores e instituição que patrocina a publicação.

FONTES

CONJUNTURA

Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego (Base 2008 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

Desemprego Registado

- IEFP - Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente (2010 e 2011)

Empresas

- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
 - Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras
- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- COFACE - Serviços Portugal, S.A.
 - Empresas constituídas
 - Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, NUTS II e NUTS III

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)

Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação (Base 2000)
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para habitação
- Rácios de crédito vencido das famílias – Habitação

Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Entradas e saídas de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- ICA - Instituto do Cinema e do Audiovisual
 - Receitas de cinema
- SIBS - Área de Estatísticas do Grupo SIBS
 - Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
 - Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
- Rácios de crédito vencido das famílias – Consumo e outros fins

Políticas Públicas no Centro

- Comissão Técnica de Coordenação do QREN
 - Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletins Informativos 14, 15 e 16
- Autoridade de Gestão do Mais Centro
- Sistemas de Incentivo da Agenda da Competitividade QREN

Centro de Estudos Ibéricos: cultura, cooperação, conhecimento

Centro de Estudos Ibéricos

DINÂMICAS REGIONAIS NO CENTRO DE PORTUGAL

Distâncias e acessibilidades na Região Centro e no continente Português

O artigo publicado exprime o ponto de vista dos seus autores, não vinculando a CCDRC.

A informação contida no "Centro de Portugal – Boletim Trimestral" do segundo trimestre de 2012 foi recolhida até ao dia 13 de setembro de 2012.

